

III Congresso Regional da Psicologia

Psicólogos defendem novas formas de subjetivação

Profissionais da Sexta Região vão para o III Congresso Regional da Psicologia com a disposição de enfrentar a política neoliberal dos governos federal, estadual e municipal e continuar lutando para o exercício livre e democrático da profissão. Saiba como foi o pré-congresso, realizado no dia

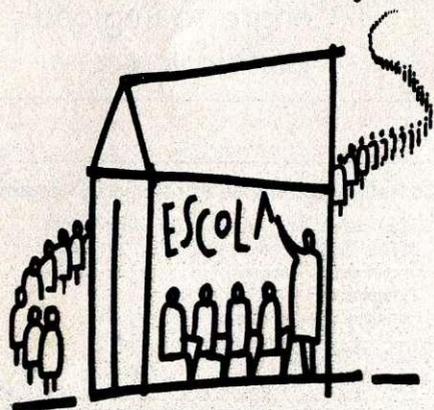
28 de março

Páginas 8 e 9



EDUCAÇÃO

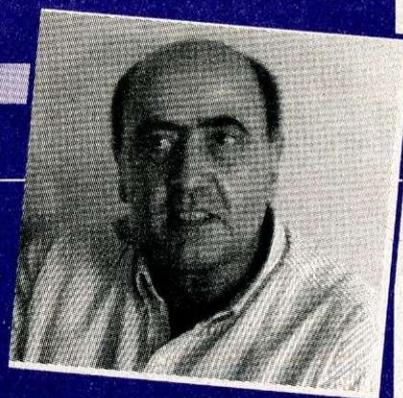
**Falta
responsabilidade,
sobram crianças!**



Páginas 12 e 13

ENTREVISTA

*Waldemar Augusto Angerami
(Camon)*



Participante de uma equipe de trabalho que criou um modelo de atendimento em hospitais a pessoas que haviam tentado o suicídio, o psicólogo conta de sua experiência profissional e defende que a questão do suicídio transcende a abordagem orgânica e precisa ser tratada a partir de uma compreensão profunda do desespero humano. **Págs. 3 a 5**

COMPORTAMENTO

**Grupos de
auto-ajuda**



Qual o segredo desta fórmula e por que tem surgido como a mais "interessante" forma de as pessoas superarem os mais diversos problemas?

Págs. 6 e 7

EDITORIAL

Uma urgente tarefa

A realização, no início de abril, dos pré-congressos preparatórios ao III Congresso Regional e III Congresso Nacional da Psicologia, marcam a conclusão da primeira fase de um processo de organização da categoria. Esta fase promoveu debates sobre três temas centrais: globalização e as repercussões na profissão, a psicologia e as políticas públicas e as interfaces da psicologia.

O fenômeno da globalização foi bastante discutido nesta etapa preparatória, evidenciando as relações entre a prática da psicologia e o contexto sócio-político-econômico no qual ela se dá. Os efeitos recessivos da política neoliberal que permeia o processo de globalização da economia mundial, que no Brasil tornam-se evidentes, traz implicações profundas na vida da população em geral, sem poupar qualquer categoria profissional. Na atuação profissional dos psicólogos essa situação não é diferente. Por um lado, aprofunda a crise de um mercado de trabalho já fragilizado, contribuindo para o aumento do desemprego historicamente conhecido para esta área de atuação e, por outro lado, intensifica no cotidiano profissional o convívio com as angústias individuais decorrentes das situações de ameaça e insegurança social.

Já não é novidade a precariedade do mercado de trabalho dos psicólogos, atingido há pelo menos duas décadas pelos sucessivos pacotes de ajustes econômicos de caráter recessivo que fazem parte da história política e econômica do Brasil. Uma outra dimensão da precariedade deste mercado diz respeito às políticas de formação profissional no país que privilegia, desde os anos 70, a descontrolada expansão dos cursos de psicologia da rede privada de ensino superior, criando um enorme contingente de profissionais com deficiente qualidade de formação. O resultado disto é que pelo menos 40% dos psicólogos formados exercem a profissão, e pequena parte deles de-

envolvem jornada integral de trabalho na área, como demonstram os dados do recadastramento realizado pelo CRP-06 em 1995.

Uma das dimensões da qualidade de formação profissional está associada ao modelo de organização curricular adotado pelas diferentes instituições de ensino superior. Sabe-se que o currículo mínimo estabelecido pelo MEC em 1962, embora permitisse modificações que, em algumas interessantes experiências de organização curricular, aconteceram atualizando a formação oferecida, sintonizando-a com as mudanças que vêm caracterizando a prática da psicologia no país, ainda é a referência para grande parte dos cursos de formação de psicólogos que o tomam como um modelo pronto e acabado, não aproveitando da flexibilidade que caracteriza um "currículo mínimo".

As entidades profissionais preocupadas com a formação profissional, vêm já há algum tempo discutindo a necessidade de reestruturação curricular dos cursos de psicologia. O I e o II Congressos Nacionais da Psicologia, realizados em 1994 e 1996, aprovaram teses com essa finalidade. Em 1995, uma Comissão de Especialistas do MEC elaborava diretrizes curriculares para os cursos de psicologia ouvindo as instituições formadoras, considerando as pesquisas realizadas pelo CFP nos últimos anos e as deliberações do I Congresso da Psicologia. A proposta inicial dessa Comissão foi apresentada e discutida no Fórum Nacional de Formação Profissional, realizado em outubro de 1997, na cidade de Ribeirão Preto - SP, com a participação de representantes de todos os Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia. A proposta analisada foi enriquecida com as contribuições das delegações presentes ao Fórum, apresentando diretrizes que contemplam uma formação básica, sólida e pluralista, interdisciplinar, que garanta uma formação generalista, preparando o psi-

cólogo para atuar interprofissionalmente. Esses princípios de organização curricular, segundo entendimento da Comissão e do Fórum, assegurariam formação científica crítica pela integração teoria e prática, possibilitando a construção de uma identidade profissional que superasse a concepção tecnicista de atuação profissional. Estas novas diretrizes colocavam o compromisso ético e o compromisso com o atendimento das demandas sociais como eixos da formação dos psicólogos.

Após a realização do Fórum de Ribeirão Preto e o encaminhamento de suas deliberações ao MEC, a Comissão, alterada em sua composição, formulou outra proposta de diretrizes curriculares que contraria as discussões efetuadas no interior daquele processo amplo e participativo. A nova proposta, não discutida publicamente, foi adaptada da proposta de diretrizes curriculares da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação para os cursos de graduação e sugere a total submissão da política educacional aos interesses neoliberais, que consideram a educação e a formação como mercadoria e, portanto, a serviço dos interesses do mercado. E nem poderia ser diferente, pois a Câmara de Ensino Superior do CNE tem funcionado como defensora dos grandes grupos econômicos que atuam no ensino superior do Brasil.

Quanto ao conteúdo, a nova proposta promove uma desregulamentação da formação profissional, permitindo e estimulando o funcionamento de cursos de curta duração, que promovam uma formação tecnicista, especializada, em prejuízo de uma formação crítica e ampla. Esta organização curricular impõe a realização dos estágios profissionalizantes numa única área de atuação e o consequente registro profissional por área de especialidade. Assim o estudante deverá optar precocemente por uma área de atuação que, com certeza, exigirá

mais tarde uma complementação oferecida, é claro, pelas próprias instituições de ensino. Desta forma, a intenção de "encurtar" o período de formação poderá favorecer as instituições no sentido de garantir-lhes clientela. De qualquer forma, a concepção de currículo que fundamenta esta proposta traz, sem dúvida nenhuma, a definitiva transformação do ensino em mercadoria, na medida em que pretende otimizar, do ponto de vista empresarial, as instituições de ensino superior. A relação custo - benefício, no sentido empresarial, orienta a política educacional. Já há algum tempo ouvimos falar da implantação da "qualidade total" na educação e no ensino. A nova proposta da comissão incorpora-se a esta tendência. A sua implementação levará a estirpar da formação do psicólogo conteúdos fundamentais para uma formação crítica e socialmente comprometida, para submeter-se a conteúdos que ofereçam vantagens mercadológicas.

Acreditamos que a atuação organizada dos psicólogos em suas entidades representativas poderá enfrentar a arrogância que caracteriza a apresentação desta nova proposta, que supõe inevitável sua implantação porque o "poder assim o quer", impedindo sua concretização, que viria a comprometer ainda mais a formação das futuras gerações de profissionais. Assim, o CRP-06 chama para esta urgente tarefa todos os psicólogos, professores e estudantes de psicologia comprometidos com a construção de uma prática profissional crítica e competente.

ATENÇÃO PSICÓLOGO!

O CRP-06 vai inaugurar seu Site na internet no III Congresso Regional da Psicologia.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Ana Maria R. de Carvalho, Augusto Sérgio Callile, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Dayse Cesar Franco Bernardi, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini,

Nilma Renides da Silva, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine.
SUPLENTE: Anita Cecília Lofrano, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Luiz Humberto Sivieri, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6º Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis
Jornalista Responsável: Juliana Motta
Redação: Juliana Motta
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 3105-6098
Impressão: Bangraf
Tiragem: 40.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

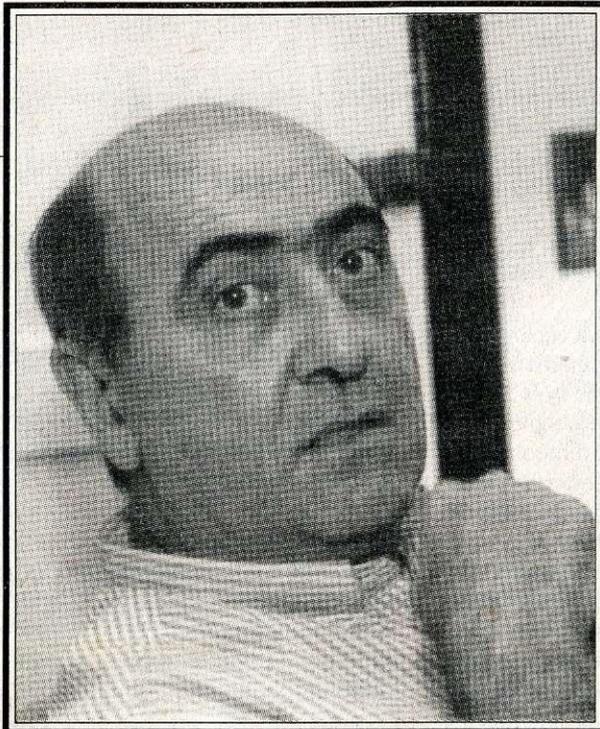
Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857 - E-mail: crp06sp@nutecnet.com.br

ENTREVISTA

Waldemar Augusto Angerami (Camon)

A psicologia na instituição hospitalar

Foto: Márcia Zoel



Waldemar Augusto Angerami, ou Camon, como é mais conhecido nos meios psi, é um campeão de publicações. Iniciou sua vida profissional como membro de uma equipe de trabalho que prestava atendimento a pessoas que haviam tentado suicídio. Desde cedo, no entanto, preocupou-se em registrar experiências e socializar seu aprendizado, seja na psicologia hospitalar, seja na psicoterapia existencialista, o que acabou lhe valendo o reconhecimento como um dos precursores do trabalho de psicólogo em hospitais. Ele, no entanto, relativiza isso. "Eu sou tido como pioneiro, mas não dá para comparar se fizermos um contraponto com a professora Mathilde Neder. Ela sim é uma pioneira. Quando começou no hospital eu tinha dois anos de idade. O que eu fiz foi publicar muito."

Com 14 livros publicados (veja listagem ao final da entrevista), Camon realizou trabalhos em vários hospitais e desenvolveu projeto com a Prefeitura de São Paulo para atendimento a pessoas que tentavam suicídio no metrô. Nessa entrevista ao **Jornal do CRP**, ele contou de sua trajetória profissional, falou sobre o trabalho do profissional da psicologia na instituição hospitalar e defendeu a atuação do psicólogo nos casos de tentativa de suicídio, que, a seu ver, só agora começam a sair das mãos dos médicos e psiquiatras.

CRP - Como foi seu ingresso na área de psicologia hospitalar?

Camon - Foi um pouco ao acaso, assim como foi minha entrada na psicologia. Eu era musicista, vivia de recitais, tinha um grupo que tocava em casamentos. Um dia, durante um casamento, uma freira me convidou para cuidar de um coral na penitenciária feminina. Lá, acabei trabalhando com o pessoal da psicologia. No presídio havia um grupo de profissionais de uma entidade chamada Organização do Auxílio Fraternal (OAF) que me chamou para trabalhar com eles. Eles trabalhavam com homens de rua, mas na OAF havia um grupo que trabalhava com pessoas que tentavam suicídio. Ou

seja, da penitenciária fui para a OAF trabalhar com homens de rua e acabei no Hospital Santa Verônica.

CRP - Nesse período o senhor era ainda estudante?

Camon - Quando entrei no Santa Verônica eu estava me formando. Mas, no período em que estive na penitenciária e que trabalhei com homens de rua, eu estava na graduação. Foi muito legal porque, com a vivência que tive na penitenciária e no trabalho com homens de rua, adquiri condições de questionar o curso de formação do ponto de vista teórico. Lembro-me de um professor que dava aquelas pirâmides de Fister. Ele deu aquela teoria do inconsciente coletivo com a cor azul dando sempre o mesmo resultado. Foi a primeira vez que questionei alguém teoricamente. Eu disse "não, mas se aplicar isso na penitenciária vai dar outro

resultado, porque lá eles usam uniforme azul e têm horror a azul". Foi aquele embate e no fim ele se curvou. Imagine alguém que tem o azul como uniforme e odeia aquilo. O azul para essa pessoa tem outro significado. O vazio que o branco significa no teste, por exemplo, para quem é médico tem outro simbolismo.

Logo depois que ingressei nesse grupo que trabalhava com suicídio o grupo acabou. Em 1977 comecei a trabalhar no Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas (HC), também com suicídio. E fiquei no HC até 1982, quando entrou a professora Mathilde Neder, para reestruturar o trabalho. Nessa ocasião, como estávamos implantando uma Rede Municipal, eu saí do HC e fiquei na Rede Municipal.

CRP - Nessa época em que o senhor trabalhou no Pronto-Socorro, como era

UM DOS PARTICIPANTES DE UMA EQUIPE DE TRABALHO QUE CRIOU UM MODELO DE ATENDIMENTO EM HOSPITAIS A PESSOAS QUE HAVIAM TENTADO O SUICÍDIO, O PSICÓLOGO CONTA DE SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DEFENDE QUE A QUESTÃO DO SUICÍDIO TRANSCENDE A MERA ABORDAGEM ORGÂNICA E PRECISA SER TRATADA A PARTIR DE UMA COMPREENSÃO PROFUNDA DO DESESPERO HUMANO

encarada a atividade do psicólogo?

Camon - Quando cheguei ao Hospital das Clínicas, não havia nenhum trabalho anterior estruturado. Eu era o coordenador e havia psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras. Prestávamos atendimento tentando acudir a pessoa num momento de desespero. Depois deliberávamos algum tipo de encaminhamento, algum tipo de atendimento. Foi esse o primeiro trabalho que fizemos com suicídio. Era um modelo teórico de atuação muito interessante e por isso foi um trabalho muito bombástico, teve uma repercussão grande. Hoje vejo que esse nosso modelo está espalhado em várias partes do país, porque nós publicamos. Se esse trabalho não estivesse publicado, teria caminhado no boca a boca, ou seja, teria caminhado pouco.

CRP - O senhor se refere à criação de um modelo teórico porque o grupo criou uma abordagem diferente do que se praticava até então?

Camon - Sim, no sentido de acudir aquele paciente que tentou o suicídio, de não permitir a alta hospitalar. Por exemplo, um paciente que tinha ingerido comprimido teria alta após a lavagem gástrica. Mas não permitíamos a alta enquanto não tivesse a nossa abordagem, que tentava acudir a pessoa e, num segundo momento, deliberava um tipo de encaminhamento. Esse encaminhamento era feito para psicoterapia, para alguma entidade que dava apoio para o trabalho. Nós tínhamos várias entidades. Por exem-

" Prestávamos atendimento tentando acudir a pessoa num momento de desespero. Depois deliberávamos o encaminhamento "

ENTREVISTA

"Quando comecei a trabalhar com suicídio não aceitavam psicólogos. Ficamos muito tempo como assessores do psiquiatra"

plo, se uma pessoa que era empregada doméstica tentava o suicídio, nós encaminhávamos para a psicoterapia e para a Associação das Empregadas Domésticas. E ela era acolhida com teto e com emprego. Portanto, quando me refiro a um novo modelo teórico, estou falando nesse sentido, de rever o que era o desespero, o que era o momento agudizado do sofrimento da pessoa, para daí promover uma ajuda. Conforme falei, esse trabalho já era realizado pela OAF, nós entramos em 1977.

Quando comecei a trabalhar com suicídio não aceitavam psicólogos. Na verdade é uma área em que nós ficamos muito tempo como assessores do psiquiatra. O psiquiatra atendia suicídio e nós assessorávamos de vez em quando. Era considerado caso de psiquiatria porque tinha que ter medicação, tinha que ter camisa-de-força, uma série de coisas.

Até hoje existe esse problema. É uma área de exclusividade do psiquiatra. Mas é uma área em que, graças ao trabalho do qual eu fazia parte, o psicólogo começou a ser ouvido. Existem poucas publicações sobre suicídio, mas grande parte das que existem são minhas. Foi uma conquista muito grande nesse sentido. Hoje já podemos falar de suicídio como uma coisa do desespero humano, uma questão filosófica da desesperança, da destrutividade, da falta de perspectiva existencial, do tédio com a vida; não é mais coisa do psiquiatra, é coisa do psi. É coisa da clínica.

CRP - Quer dizer que a partir desse trabalho já não se tratava a alta apenas a partir do ponto de vista orgânico, mas de uma maneira mais ampla. Como o restante da equipe via isso naquela época?

Camon - No começo eles viam com certo cuidado, com certo receio. Porque a questão emocional hoje em dia já está mais palatável para outros profissionais, como os médicos. Mas naquele momento não estava. Só que, efetivamente, havia resultados. Ainda mais se considerarmos que o HC recebe encaminhamentos de outras unidades do Município. A pessoa tenta suicídio com soda cáustica na Vila Mariana, vai para o Pronto-Socorro da Vila Mariana, lá eles a mandam para o HC. Então, apesar da rotatividade, as pessoas viam resultados, viam razão de ser para respeitar nosso trabalho e colaborar. Nós tínhamos uma colaboração muito grande e efetiva.

CRP - E a demanda era alta? Como era a realidade do suicídio?

Camon - Eram atendidos em torno de 400 casos por ano. Era uma demanda alta.

CRP - A equipe fazia um monitoramento dos momentos em que aumentava essa demanda?

Camon - Tivemos momentos muito marcantes nesse trabalho. Muitos dos casos de suicídio, na verdade, eram de "suicidados". Eram vítimas dos espancamentos do DOI-Codi, de torturas, e era dada entrada no Pronto-Socorro como suicídio. Naquela época, a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) era proibida. Tinha polícia. Mas apresentamos um trabalho na SBPC em que tornamos públicas algumas informações. E aí foi um problema. Fomos impedidos de voltar ao hospital, mas depois voltamos novamente.

Quando teve aquela fase de desemprego no início da década de 80, houve um crescimento muito grande de casos. O desespero das pessoas era originado no desemprego. Então nós publicamos um trabalho, chamado "Demissão final", que foi também para a SBPC e saiu na grande imprensa. E isso dava uma repercussão muito grande. Lembro-me de que naquele momento tínhamos muitos depoimentos de pessoas falando que a psicologia estava preocupada com esse tipo de questão social.

CRP - O senhor está levantando uma questão a respeito da inserção do psicólogo na instituição. Seja no Poder Judiciário, em escola ou na instituição hospitalar, o que se observa é que, pelo fato de o psicólogo ser membro de equipes que não têm como prioridade atuar sobre as questões diretamente psicológicas, a interface fica diluída no corpo do trabalho. Que tipo de atuação o senhor concebe para o profissional da psicologia na instituição hospitalar?

Camon - Em primeiro lugar, o psicólogo não está preparado para o trabalho institucional, seja em qualquer instituição. E ele sempre esbarra em outros profissionais que, ao contrário, têm uma formação institucional. Na escola, esbarra com o pedagogo. No hospital com o assistente social, na empresa, com o gerente de recursos humanos. Isso se deve a ele não ter uma formação que lhe dê visão institucional. O que ele faz muitas vezes é transpor o aprendizado de clínica para a instituição.

Não estou propondo que ele negue o instrumental clínico, mas ele tem que saber que a instituição, de fato, tem objetivos específicos. Em um hospital, não adianta eu fazer um trabalho incrível com um paciente isoladamente se esse meu trabalho não for ao encontro do objetivo da instituição. Se dis-

cordar dos objetivos da instituição, tenho que trabalhar para transformar esses objetivos. Se não conseguir trabalhar e transformar esses objetivos, e eles forem aviltantes, tenho que sair da instituição. Mas não posso ficar numa coisa contrária àquilo que concebo como proposta de homem, vida e valores.

Agora, a instituição nunca vai ter a psicologia como prioridade. Nenhuma instituição tem algo como prioridade isoladamente. No Poder Judiciário, por exemplo, todas as ciências são acessórias do direito. É o direito que toca a relação das pessoas, que estabelece o limite de convivência. Então se estou numa instituição judiciária, não tenho que falar que o psicólogo é o principal, porque ele não é o principal. O principal é o direito. O preso está lá por uma condição do direito. As pessoas pautam todas as condutas pelo que está estabelecido pelo direito. Num hospital é a mesma coisa. O principal não é o médico nem o assistente social. O objetivo é prestar o atendimento, curar, aliviar a dor. Todos se prestam a esse objetivo. Se eu quiser que o psicólogo seja mais do que o assistente social, mais do que o médico, é um desvio. Acho que é isso que muitas vezes acontece.

CRP - Não é uma questão de ser mais ou menos. Mas de como fica a psicologia nessa realidade.

Camon - O que eu vejo muitas vezes é o profissional achar que ele tem que ter um papel mais importante do que o que de fato lhe cabe. Na verdade nós somos parte de um todo. Se temos uma crítica voltada à segmentação, quando se fala nessa prioridade, também se está fazendo um segmento. O psicológico é importante, como é importante o físico, como é importante a lei.

Há alguns anos, ainda se discutia se o psicólogo tinha lugar dentro do hospital. Hoje esse lugar já é fato. Agora, cabe ao psicólogo ver o que ele vai fazer desse espaço.

CRP - E, na sua opinião, o que cabe a ele fazer desse espaço?

Camon - Ele conquistou espaço. E as próprias instituições perceberam que, entre todas as facetas de um trabalho multidisciplinar, havia necessidade de um profissional que fizesse a leitura do emocional, que decodificasse a emoção. Então ele tem lugar porque há essa necessidade hoje em dia. Hoje temos a psiconeuroimunologia, que tem quantificado o atendimento emocional, transformando. Então, quer dizer, ele tem um espaço.

Agora, como trabalhar para fazer desse

espaço algo em que ele possa fluir mais solidamente, sedimentar melhor essa performance, é uma questão bem mais complexa, principalmente porque ele não está tendo a leitura institucional conforme eu disse anteriormente. Ele vai para a instituição simplesmente fazendo um transporte do instrumental clínico, que muitas vezes é individual. Ele aprende na faculdade a aplicar teste, técnica de entrevista, técnica de abordagem etc. Não aprende a trabalhar em grupo e de repente vai para uma instituição que exige dele o trabalho grupal, multidisciplinar, interdisciplinar.

CRP - Então na sua concepção, depois de tantos anos de psicologia hospitalar, as pessoas que estão saindo da graduação continuam com dificuldades de trabalhar em instituições porque não aprenderam na faculdade?

Camon - Não. Isso está mudando. Hoje não é verdade se dissermos simplesmente que ele não tem essa condição. O primeiro curso de especialização do Brasil foi o do Sedes Sapientiae, de 1981. De graduação, é o da PUC, de 1976. Nessa época, havia uma ou outra faculdade aqui ou acolá que dava uma ou outra palestra. Hoje em dia a maioria das faculdades tem psicologia hospitalar na graduação. Tem curso *lato sensu* na psicologia hospitalar. Quer dizer, se o aluno quiser, ele tem já na graduação uma forma de entrar em contato com esse espaço. Hoje, a maioria das faculdades tem. Se não é satisfatório, pelo menos já está havendo uma abertura. Talvez daqui a um tempo já se tenha uma matéria de análise institucional mesmo na graduação.

CRP - Na sua opinião, o que é mais interessante como instrumentalização para o recém-formado trabalhar em instituição, cursos específicos em cada área (psicologia hospitalar, por exemplo) ou um curso que habilitasse o aluno para trabalhar em instituição de maneira geral?

Camon - Uma matéria de análise institucional vai dar uma visão de instituição. Agora, cada instituição dessas tem especificidades tão próprias que não dá para transpor. Senão corre-se o mesmo risco de pegar o instrumental clínico e levar para a instituição. Imagine uma instituição corretiva de menores. É um mundo completamente diferente da própria instituição penal do adulto. Que é completamente diferente de uma instituição de homens de rua, que é completamente diferente de uma instituição de Aids, de um hospital, e assim por diante.

CRP - O senhor disse que no início de sua carreira foi possível fazer um questionamento na faculdade em função de sua vivência no trabalho com homens de rua. As clínicas-escola atendem apenas no modelo clínico. Partindo disso, como deveriam ser estruturados os estágios e as clínicas-escola?

Camon - Se compararmos uma clínica-escola de psicologia com uma clínica-escola de medicina vamos verificar que a de psicologia não vai ao encontro das necessidades da comunida-

"As instituições perceberam a necessidade de um profissional que faz a leitura do emocional, que decodifica a emoção"

ENTREVISTA

de. A clínica médica ainda vai. A clínica-escola de psicologia vai ao encontro das necessidades da graduação. Se no currículo tem a matéria ludoterapia, então a clínica abre atendimento para ludoterapia. Se a comunidade precisar de ludoterapia, boa. Se a faculdade abre a matéria de psicomotricidade, então ela precisa de pacientes de psicomotricidade. Mas ela não vai a campo para ver o que a comunidade em que está inserida está precisando. Pode ser que essa comunidade não tenha casos de psicomotricidade, mas precise entender mais questões de abandono, alcoolismo. Esses casos não são atendidos. Nem sequer são abarcados na preocupação da clínica-escola. Ela não atende a essa necessidade. Ela impõe sua necessidade para a comunidade. Portanto, o primeiro passo era fazer essa inversão.

CRP - Se a prática está distante do que a comunidade necessita, como anda a produção teórica na Universidade?

Camon - Recentemente uma professora da Universidade do Rio Grande do Norte me disse que ela não sabia se os professores da USP eram melhores ou piores, mas que para ela eu era o melhor de todos porque escrevia sobre a nossa realidade e, quando ela precisa de qualquer coisa, vai a uma livraria e tem lá um livro. E que as grandes produções das pessoas da USP estão na biblioteca da USP.

Acho que é isso. Quando se faz trabalhos as pessoas têm tanto medo de divulgar, tanto medo de crítica que acabam às vezes se encastelando. Não é possível que tantas pesquisas que se fazem de mestrado, de doutoramento, com coisas interessantes com meninos de rua, com Aids, fiquem só no meio acadêmico. Por quê? Porque quando as pessoas pensam em divulgar tem tanto revisionismo, tanta criticidade, que não expõem.

CRP - Como a instituição hospitalar está lidando com a questão emocional hoje?

Camon - Hoje a questão emocional deixou de pertencer só ao psicólogo. O próprio médico clínico, o ginecologista têm um olhar voltado para o emocional. O médico já o vê, busca, quantifica. Ele só não sabe lidar com esse emocional. Aí é que nós entramos. Mas essa preocupação não é só de profissionais psi. Por isso é que nós temos espaço.

CRP - O aluno que entra hoje no curso de especialização do Sedes Sapientiae chega diferente do que há algum tempo em termos de preparação?

Camon - O que vejo é uma desqualificação dos graduados de ano para ano. Nós já tivemos absurdo de ter há uns anos uma pessoa que era professora de uma Universidade do Norte que veio e escreveu na prova de avaliação criança com dois s. Um psicólogo que escreve criança com dois s, acho que nunca leu, porque qualquer texto de psicologia tem a palavra criança três vezes no primeiro parágrafo. Como é que uma pessoa vai dar aula assim?

CRP - A psicologia hospitalar abriu novas possibilidades de conhecimento na área da psicologia?

Camon - Sim, porque a partir da entrada do psicólogo no hospital tem essa forte vertente de se preocupar com aspectos emocionais da dor, com aspectos emocionais de várias patologias, câncer, cardiologia etc. Sem dúvida. Se há tantas pesquisas hoje em dia nessa área é muito em função da entrada do psicólogo na área de hospital.

CRP - E se ela é inovadora em termos de conhecimento, ela também é inovadora em termos do atendimento?

Camon - Sem dúvida. No hospital o profissional vai para um outro setting que é na enfermaria, no leito, junto com outros profissionais. O atendimento é interrompido porque chegou a enfermeira com a medicação, enfim, é um outro enquadre. Mas de repente você vê que naquele outro setting seu trabalho funciona. Você tem outros objetivos, também temos que separar. Porque qual é o objetivo numa psicoterapia? Os três grandes objetivos numa psicoterapia são, independentemente da linha teórica: levar o paciente ao auto-conhecimento, ao auto-crescimento e à cura de determinados sintomas. Se você não atingir esses objetivos, a psicoterapia está carecendo de sentido. Não adianta fazer um trabalho incrível e o paciente não estar sendo levado ao auto-conhecimento, ao auto-crescimento e à cura dos sintomas. No hospital, é importante que essa diferença seja sempre frisada. Eu até posso atingir no meu atendimento algum desses objetivos. Mas o meu objetivo no hospital não é nenhum desses. É minimizar o sofrimento provocado pela hospitalização.

O sofrimento da hospitalização varia de patologia para patologia. Para uma mulher que vai ser mastectomizada, por exemplo, a hospitalização tem implicações muito mais amplas que só o hospital. Tem implicações de sexualidade, de auto-estima, de auto-imagem, e por aí afora.

CRP - O senhor está apontando diferenças de enquadre na psicoterapia e no tratamento no hospital. E nos casos de suicídio?

Camon - No suicídio ele tem uma especificidade bastante clara. Trabalhávamos com a pessoa no momento agudo do desespero. Então configura também a minimização do sofrimento da hospitalização. Estamos atenuando aquele desespero naquele momento

que configura a hospitalização. Depois, sim, é que vai ser deliberado que tipo de encaminhamento deve ser feito.

CRP - O senhor também realizou um trabalho com pessoas que tentavam suicídio no metrô. Como foi esse trabalho?

Camon - Foi na gestão Erundina. Tínhamos um trabalho com várias frentes. Uma das frentes era com o pessoal do serviço do metrô. Nós os atendíamos e tínhamos um treinamento, um serviço específico junto às estações. Era um trabalho bastante interessante. Depois que mudou a gestão, esses trabalhos todos que foram feitos na gestão Erundina pararam. Embora o metrô seja vinculado a uma secretaria estadual, essa ponte com a Secretaria Municipal de Saúde se perdeu.

Nós fizemos um treinamento com as pessoas do próprio metrô que trabalhavam nas estações e sedimentamos uma base de atendimento com duas unidades hospitalares. Uma no hospital do Jabaquara e outra no hospital do Tatuapé. Os casos eram encaminhados para essas unidades. E nas unidades nós tínhamos pessoas treinadas que davam suporte.

O pessoal do metrô era treinado para tirar a pessoa da pista e encaminhar para as unidades do hospital. Aí tinha a nossa equipe que chamava a família etc. Esse trabalho também era baseado em dar suporte no momento de desespero, de crise, em que a pessoa não está conseguindo ver possibilidade na vida. Nós não levávamos pessoas de fora, trabalhávamos com as pessoas das próprias unidades, médicos, psicólogos, assistentes sociais etc. Inclusive era a ambulância do próprio metrô que levava a pessoa para a unidade.

CRP - Nas duas últimas administrações, tanto estadual quanto municipal, e até mesmo na esfera federal, temos assistido ao desmonte de todo o sistema de saúde pública no Brasil. O que já perdemos em termos de psicologia hospitalar?

Camon - Houve o desmonte de trabalhos sistematizados que envolviam a prioridade comunitária. Algumas pessoas ainda continuam fazendo um bom trabalho nessas unidades. Mas da preocupação ideológica e comunitária não sobrou nada. Principalmente aqueles trabalhos que envolviam preocupações antimanicomiais, não sobrou nada.

CRP - O senhor trabalha numa abor-

"O fundamental é o acolhimento, é a pessoa sentir que está num porto seguro para refletir sobre o seu desespero"

dagem existencial. Na psicologia hospitalar tem profissionais de várias abordagens. Como se dá essa convivência de linhas de trabalho diferentes?

Camon - As pessoas fazem uma certa confusão. Acreditam que, pelo fato de eu escrever a partir de um ponto de vista existencial e ser identificado com o movimento existencialista, a melhor linha para hospital é a existencial. Mas não é isso, há grandes trabalhos em hospital com base psicanalítica, com base de behaviorismo e com base existencial.

Se eu for para uma empresa, vou trabalhar com existencial, que é a minha base. Quando falo de desespero humano, estou falando como existencialista. Não estou falando enquanto teórico existencial, mas enquanto clínico. Eu poderia ter como base a psicanálise e estar falando de desespero humano.

CRP - Como deve ser colocada a questão de acolhimento, suporte e aceitação no atendimento a casos de auto-destruição e suicídio?

Camon - Eu preconizo o seguinte: na verdade o fundamental é o acolhimento, é a pessoa sentir que ela está acolhida num porto seguro para refletir sobre o desespero dela. Acho importante trazer isso para o psicólogo, porque temos condição de lidar com o desespero.

Nos trabalhos de suicídio, há uma dimensão filosófica, a questão do sentido da vida é uma digressão filosófica, em qualquer linha teórica. Não se traz para a claridade que alguns teóricos psi se mataram, tipo Melanie Klein. O Deleuze estava com falta de ar e se jogou. O que é suicídio? É alguém acabar com a própria vida, por deliberação. O Deleuze se jogou porque não agüentava mais o desespero da falta de ar. E são brilhantes teóricos. Mas é uma questão de desespero humano, e é isso que tem que ser trazido à tona. E essa discussão não é mais da psiquiatria. Ela é da psicologia. Tem que ser da psicologia na medida em que a psicologia está apta para mexer com psicoterapia. Senão o que acontece? O meu paciente em psicoterapia fala de suicídio e eu o encaminho para medicação? E o desespero humano dele, eu não levo em conta?

CRP - Mas, no seu entendimento, por que essa questão ainda fica atribuída ao psiquiatra?

Camon - Porque nós não estamos assumindo que é uma questão de desespero humano, e que é grave, como tantas outras questões.

"A questão emocional deixou de pertencer só ao psicólogo. O médico já tem um olhar voltado para esse aspecto"

COMPORTAMENTO

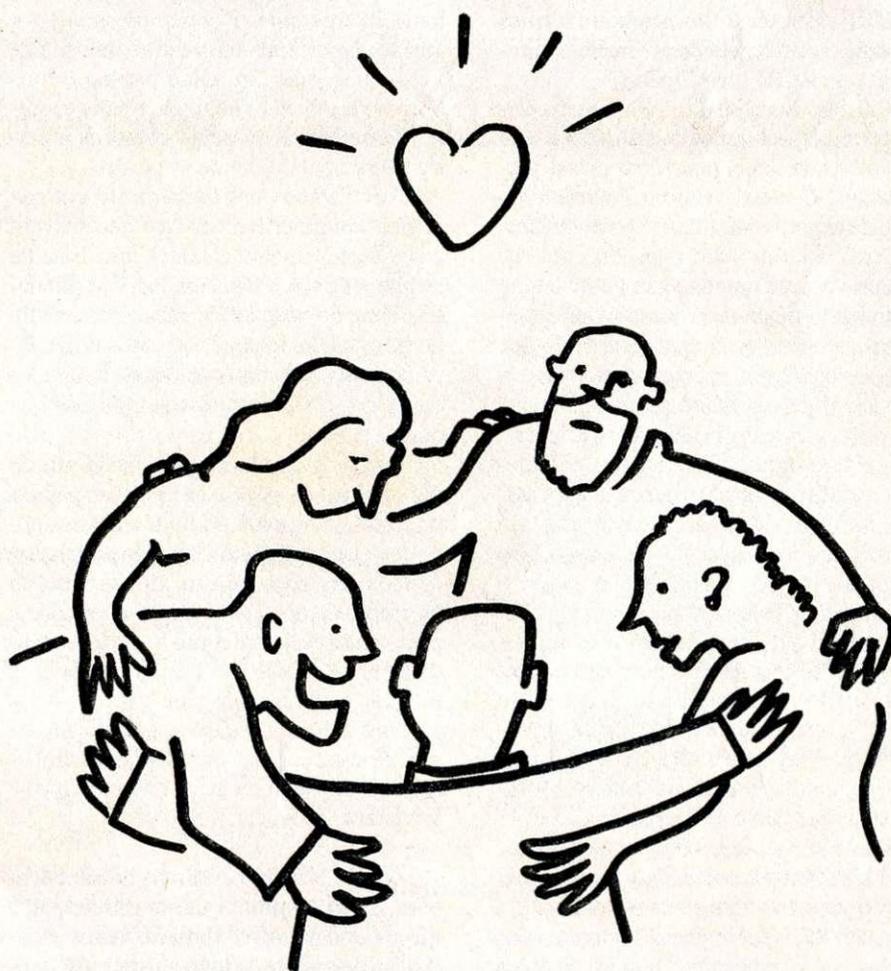
Grupos de auto-ajuda

QUAL O SEGREDO DESTA FÓRMULA E POR QUE TEM SURGIDO COMO A MAIS "INTERESSANTE" FORMA DE AS PESSOAS SUPERAREM OS MAIS DIVERSOS PROBLEMAS?

Elas formam um incontável contingente em todo o mundo. São alcoólatras, dependentes de drogas, fumantes, portadores de sofrimentos mentais, como neuroses ou psicoses, ou "dependentes de amor e de sexo" (como se intitulam) e encontraram uma fórmula básica de se organizar para enfrentar seus problemas: os grupos de auto-ajuda anônimos. Tais irmandades, como são chamados os grupos por seus participantes, partem sempre do bem-sucedido programa desenvolvido pelos Alcoólicos Anônimos (AA), desde 1935, cujo preceito é o do "efeito espelho", ou seja, buscar ajuda em pessoas que sofrem dos mesmos males e que se reúnem periodicamente para trocar experiências, falar de si e cumprir uma lista de 12 passos para a recuperação.

Outro princípio fundamental que seguem é o do anonimato, que, na sua opinião, está relacionado à humildade, ou seja, significa que os princípios estão acima das personalidades. Além disso, encaram a causa que os levou a buscar o grupo como uma doença, o que faz com que o primeiro dos 12 passos para a recuperação, em todos os grupos, seja a admissão do problema. Essa é, aliás, a única exigência para que alguém seja aceito num grupo de auto-ajuda: admitir sua impotência perante seu problema e a perda do domínio de sua vida.

Admitido o problema, o participante inicia o que denominam como "um programa de crescimento pessoal e espiritual para que promova modificações na vida". No caso do álcool, por exemplo, a abstinência e a sobriedade são passos que, embora fundamentais, são considerados apenas intermediários para se conquistar um bem maior: serenidade, ou seja, capacidade para ser feliz. "Não é um lugar apenas para parar de beber. Inclusive porque, com mais de 60 anos de experiência, os AA têm muito claro para si mesmos que não adianta só parar de beber. Quem pára de beber e não se modifica, enquanto pessoa, enquanto comportamento frente aos outros, enquanto atitude junto a si mesmo, enquanto estilo de vida, se transforma no que é chamado de bêbado seco. Ele é seco porque não bebe mais, mas é bêbado porque continua absolutamente neurótico, irascível, irritado, com convivência difícil, deprimido, enfim, com uma série de pro-



blemas de saúde psicológica que acabam por levá-lo de novo para a bebida", explica L.F. Barros, que já frequentou os grupos de AA e fundou o Grupo Psicóticos Anônimos em São Paulo (o pioneiro no Brasil), algum tempo após ter recebido o diagnóstico de que sofre de Síndrome Bipolar.

A fórmula vem obtendo os resultados desejados. É reconhecida publicamente a eficácia do programa para um grande número de pessoas, o que provocou, nos últimos anos, uma enorme proliferação de grupos de auto-ajuda anônimos para a solução de uma infinidade de problemas. Isso tomou tamanha dimensão que, hoje, existem quase tantos grupos desse tipo quantas são as características humanas. Somente nos Estados Unidos existem mais de 150 tipos diferentes. No Brasil, embora ninguém saiba ao certo quantos são, de acordo com informações de L. F. Barros, existem os seguintes grupos, além do que fundou e dos já conhecidos Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anô-

nimos: Neuróticos Anônimos, Introversos Anônimos, Dependentes de Amor e de Sexo (Dasa), Fumantes Anônimos, Jogadores Compulsivos Anônimos e Comedores Compulsivos Anônimos. "Eu soube que recentemente foi formado um grupo de auto-ajuda, cujo nome eu não conheço, para portadores de Síndrome do Pânico, em Juiz de Fora, Minas Gerais. E sei que existem ainda os seguintes grupos anônimos: de Soropositivos, de Sobreviventes de Incesto, de Mulheres que Amam Demais, de Sobreviventes de Abuso Sexual. Além disso, existem os grupos de familiares cuja matriz é o Grupo de Familiares dos Alcoólicos Anônimos (Alanon). Existe o Grupo de Familiares de Narcóticos Anônimos (Naranon), o Grupo de Parentes e Amigos de Psicóticos Anônimos (APPA). E existe ainda o Grupo Amor Exigente, de pais de pessoas com dependência química. Esse grupo, além dos 12 passos, tem uma filosofia própria que também incorpora alguns detalhes da análise

transacional, que tem preocupações com a terapia de família."

Tanta proliferação, não podia ser diferente, dá margem a especulações sobre tal fórmula de sucesso. E, se a questão, às vezes resvala para um embate que coloca de um lado cientistas céticos e cílios dos princípios científicos que devem preservar e, de outro, os participantes dispostos a defender com total lealdade o grupo que os fez conviver com um problema com o qual até então ninguém tinha conseguido "resolver", hoje ultrapassa o campo da mera picuinha corporativista para tornar-se objeto de estudo de profissionais da psicologia, da medicina ou da sociologia. Em outras palavras, qual o segredo desta fórmula e por que tem surgido como a mais "interessante" forma de as pessoas superarem os mais diversos problemas? Para L. F. Barros, que está estudando os grupos anônimos de auto-ajuda, sobre os quais pretende defender sua tese de doutoramento na USP, "a recuperação que possibilitam se dá por um processo de reeducação pessoal".

Da mesma forma, para Olenka Franco, que frequenta o Grupo de Amigos e Parentes de Psicóticos Anônimos (APPA) há um ano, um dos fatores fundamentais nos grupos está na forma como são feitos os relatos. "Quando a pessoa conta sua história, ela tem que se organizar, ou seja, conta também para si mesma. Nos grupos de auto-ajuda o relato é muito peculiar e a autocritica fica muito baixa, porque a pessoa está falando para iguais. Um terapeuta sempre tem uma posição de autoridade que não existe nos grupos porque, embora tenhamos a figura do coordenador, ele também é um igual que está nessa posição apenas circunstancialmente. Além disso a liberdade para o relato é total", diz.

Também para a professora Ju, que frequenta um grupo de AA há sete anos, não há dúvidas sobre a eficácia do programa de recuperação dos grupos de auto-ajuda. "Um dos fatores fundamentais para a minha recuperação foi ter aprendido, no grupo, que o alcoolismo é uma doença, que eu não podia ingerir o primeiro gole. Eu não sabia, não havia aprendido. Isso foi uma coisa positiva para eu parar de beber porque percebi que realmente não podia ingerir álcool. No alcoolismo não dá para ir diminuindo aos poucos. Tem que parar de uma

COMPORTAMENTO

vez. Mas saber que existia a sala de AA foi o que me deu força para superar. Atualmente eu continuo freqüentando o AA para cuidar do meu problema com álcool. Agora, os outros problemas, relacionamento familiar, com filho, com marido, eu trabalho na terapia. O AA dá condições de cuidar do lado emocional, mas a terapia ajuda. O que eu acho é que a terapia não adianta sem o AA. Por exemplo, fazer terapia alcoolizada não estava valendo nada para mim."

Tal eficácia, no entanto, se é apontada pelos freqüentadores dos grupos como a causa principal de seu sucesso, por outro lado é colocada em questão por estudiosos da subjetividade humana. É o caso da psicanalista e analista institucional Izabel Marasina, para quem qualquer grupo pode funcionar em vários sentidos diferentes, restando, portanto, questionar o significado do termo funcionar. "Esses grupos são eficazes, sem dúvida, mas creio que às custas de uma perda de autonomia subjetiva. Ou seja, como o grupo fica colocado no lugar do objeto pelo qual a pessoa conseguiu se 'curar' ou parar de beber, então o sujeito acaba configurando uma ligação imaginária com ele, tornando-se muito difícil tirá-lo do lugar de quem controla sua vida em última instância. Ou seja, ele vai ficar, de alguma maneira, extremamente tolhido em sua capacidade de tomar ou não decisões, de construir sua própria ética."

Indagado sobre a questão, L. F. Barros respondeu: "Essa pergunta, muitas pessoas a colocam. Freqüentar o grupo não faz mal para a minha saúde, não me coloca em risco de morte, não destrói a minha família, não me causa solidão ou sofrimento. Pelo contrário, freqüentar o grupo me permite fazer amigos, ajudar as pessoas. Daí o sentido de auto-ajuda. Quando eu ajudo o outro eu recebo uma energia positiva e isso é uma ajuda para mim mesmo. Se isso é dependência, é uma dependência absolutamente salutar, portanto, louvável".

Ou seja, ao que tudo indica o fenômeno, na verdade, aponta para um novo tipo de sociabilidade, típica do final dos anos 90. Não era para menos. Disseminada a idéia de que as utopias morreram, as sociedades se vêem cada dia mais desprovidas de projetos. No bojo do individualismo, os antigos espaços públicos saem de cena, e os laços sociais que até então se travavam livremente, em locais que permitiam o surgimento das múltiplas contradições, assumem as formas de tribos, grupos de iguais, propiciando uma outra forma de subjetividade. Para Izabel, tal raciocínio faz sentido e pode auxiliar a pensar a questão dos grupos de auto-ajuda como um novo fórum de convivência humana. "Algo da sociabilidade humana está mudando aceleradamente. Na clínica aparecem as enfermidades do narcisismo, aparecem muito mais os ataques narcísicos ao corpo, as solidões de-

esperadas, aparecem muito mais as doências. Como se algo do laço social estivesse esgarçando, pelo menos naquela forma que conhecíamos. E estivesse propiciando uma outra forma de subjetividade com a qual vamos ter que lidar. Falar que é uma subjetividade pior é entrar numa onda saudosista e nostálgica que não vai servir para nada. E falar que é melhor me parece que é fazer a mesma coisa ao contrário. É diferente."

Nesse sentido, a história recente do país pode fornecer pistas para análise. É a ela que recorre o professor de Psicologia Social da USP, Esdras Vasconcelos, para buscar explicações para a multiplicação dos grupos de auto-ajuda. De acordo com Vasconcelos, um dos fatores fundamentais para o surgimento de tais grupos pode ser encontrado no processo histórico que culminou na descrença em relação às causas pelas quais, em outros momentos sociais e políticos, o ser humano se reunia em grupos. "Eu diria que as raízes desse movimento de auto-ajuda surgem com a psicoterapia de grupo que se começou a fazer nos anos 60 e 70. A psicoterapia prometeu muita felicidade nos anos 60. Era conhecer a si próprio, fazer análise, entrar nas profundezas do inconsciente. E o que nós temos agora, nessas últimas décadas deste século, é o povo muito desacreditado do socialismo, dos movimentos em grupo de forma geral conforme eram colocados nos anos 60 e 70 e desacreditados também da psicoterapia", avalia o professor.

Vasconcelos aponta também como um bom sinalizador para a causa do sucesso de tais grupos o processo de urbanização acelerada do país, que provocou um crescimento desordenado das metrópoles e o conseqüente processo de isolamento do cidadão. "Depois da época de 70 para cá, as metrópoles incharam e o ser humano ficou altamente isolado da sociedade e do vínculo social. Há um processo de individualização muito grande. Só que, como o ser humano é fundamentalmente social, ele precisa dos grupos. Por outro lado, tanto a medicina quanto a psicologia falharam. Não resolveram os sintomas, nem por meio dos medicamentos nem da psicoterapia. Por isso é que hoje se resolve dar um jeito sem o especialista", pondera Esdras.

Movimento de resultados? Não deixa de ser. Afinal, o objetivo primordial a ser alcançado, aí no caso, é conseguir se ver livre, em tempo razoavelmente curto, do problema que vinha se manifestando e deixando a pessoa em questão infeliz ou desadaptada à vida em sociedade. Aí talvez esteja a explicação para a eficácia de suas regras. Observados os 12 passos para a recuperação, o que se percebe é a presença de princípios religiosos, dicas comportamentais e de reflexão filosófica, mesclados

numa metodologia de forte apelo emocional. Sobre a religiosidade dos grupos, assunto que sempre "dá pano para mangas" em todas as discussões relativas ao tema, os participantes são claros: não se consideram um grupo religioso. L. F. Barros, por exemplo, prefere referir-se ao caráter apontado como religioso nos grupos como sendo uma característica de religiosidade leiga. "Praticamos a oração da serenidade, que, embora seja uma oração, não precisa ser praticada de maneira religiosa. Ela pode ser praticada de maneira leiga. Embora haja uma origem religiosa nos princípios desses 12 passos e em toda a filosofia desses grupos, é perfeitamente possível praticar essa filosofia de maneira não religiosa porque tudo o que se coloca ali também tem uma outra vertente da construção dessa metodologia que é profundamente pragmática. E o pragmatismo é uma corrente filosófica. Quer dizer, as coisas funcionam ou não funcionam? Esse é o critério de validade. Agora, os grupos funcionam para todo mundo? Não. Não tem nada que funcione para todo mundo. Mas para aqueles que se identificam com a proposta os grupos ajudam muito", diz.

Seguindo esse raciocínio, tudo depende do tipo de expectativa que se coloca quando se opta por qualquer trabalho para a recuperação de um problema. Não é segredo para ninguém, por exemplo, que existem casos de pessoas que passam anos no divã do psicanalista ou no consultório do psicoterapeuta e saem dali absolutamente intocadas. Em contrapartida, outros se dispõem a "pagar o preço", como se diz no jargão "psi", e conseguem operar transformações significativas em suas vidas. Mas também não é segredo para ninguém que as várias teorias e técnicas psicológicas sérias não prometem eficácia. Esse seria, na avaliação de Izabel, um elemento fundamental de diferenciação destas com os grupos de auto-ajuda. "Tais grupos se propõem como objetos eficazes, então o lugar do sujeito fica muito reduzido. Já no trabalho psicanalítico - do qual posso falar por ser essa a minha filiação -, o lugar do sujeito fica extremamente macro, ocupa todo o tempo. Um analista nunca pode dizer 'eu vou curar você'. Podemos fazer uma série de coisas para tentar impedir um processo, mas em última instância a palavra é do sujeito", explica.

Já no que diz respeito especificamente às psicoterapias, Vasconcelos defende a opinião de que é preciso rever conceitos e até mesmo os paradigmas com os quais a psicologia vem trabalhando: "Estamos numa crise tremenda. Precisamos rever o que fazemos. Nosso método de trabalho. Penso que há questões teóricas, conceituais, a nossa formação está muito semelhante à formação mé-

dica e portanto nos isolando da realidade. E esses grupos oferecem isso, suporte voltado para a realidade. Não foi a psicologia que falhou, fomos nós psicólogos, psicoterapeutas. Eu costumo dizer que há 100 anos não aparece coisa nova na psicologia. Há um século, desde que surgiu a psicanálise, o behaviorismo, a gestalt, nada mais surgiu de novo. O que há são reedições e ampliações dessas teorias. Mas uma teoria nova, dentro da psicologia, não surgiu. Os psicólogos continuam fazendo psicanálise, behaviorismo, gestalt. Naturalmente, em cima disso se inventou variantes, mas algo fundamentalmente novo, do ponto de vista conceitual, não apareceu".

Portanto, é justamente com um sujeito que apresenta novas formas de subjetividade, que, entre outros elementos, tem pressa por colher os resultados, que tanto a psicanálise quanto as psicoterapias hoje se vêem às voltas. Sobre essa questão, Esdras Vasconcelos entende que os grupos de auto-ajuda revelam alguns dos desafios que a psicologia precisa enfrentar nesse momento. "Penso que nós podemos trabalhar juntos. Porque a capacidade de aprofundamento dos grupos de auto-ajuda é limitada. Eles se limitam a acolher, estabelecer normas e controlar essas normas. Mas não descem para as raízes do problema. Por isso é que chega um determinado momento em que o indivíduo precisa da psicoterapia para buscar a causa. Creio que se nós trabalhássemos juntos poderíamos obter melhores resultados."

Já Izabel, embora reconheça o papel que os grupos têm desempenhado no chamado mundo moderno, deixa suas ressalvas: "Anônimo é a máxima expressão da dessingularização. Por outro lado, sendo tão difícil que as pessoas consigam se aproximar de um serviço de saúde, se o Estado vem se desobrigando desse tipo de serviço, sem dúvida que esses grupos cumprem uma função, muitas vezes eficaz, e não descarto nenhuma das formas de sociabilidade possíveis. Portanto, não desmereço em absoluto esse tipo de trabalho. É válido que as pessoas tentem encontrar condições de recuperar a sua sociabilidade, de poder colocar-se em contato com o mundo e sair dessa solidão atroz em que a vida nos grandes núcleos urbanos se configura. Mas creio que o preocupante é que eles, a meu ver, seguem uma tendência narcísica. O que se apresenta ao final de uma análise é a constatação de nossa solidão radical, o que por um lado nos deixa extremamente desesperados, mas, por outro, nos alivia de uma série de servidões. É exatamente o movimento contrário do trabalho dos grupos de auto-ajuda. Portanto, só mando para um grupo de auto-ajuda quem não tem a menor condição de resistir a uma análise", finaliza a psicanalista.

Psicólogos defendem nova

PROFISSIONAIS DA SEXTA REGIÃO VÃO PARA ENCONTRO COM A D FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL E CONTINUAR LUTANDO

Os psicólogos da Sexta Região realizaram, no dia 28 de março, o Pré-congresso da Psicologia. O evento contou com a presença de 63 profissionais de São Paulo e cidades vizinhas e na ocasião foram escolhidos os 70 delegados que estarão representando os psicólogos da Sede no III Congresso Regional da Psicologia, que se acontecerá de 15 a 17 de maio, na nova sede do CRP.

Último de uma série de encontros preparatórios realizados em todo o Estado, o Pré-congresso seguiu a metodologia já adotada pelo CRP-06 em eventos anteriores: os participantes foram divididos em três grupos, de acordo com os eixos temáticos que serão debatidos no Congresso (“Globalização e repercussões na profissão: estratégias de ação”, “A psicologia e os movimentos estratégicos para intervenção da autarquia nas políticas públicas” e “A profissão de psicólogo e suas interfaces: diretrizes para a ação dos conselhos”), e, após os debates em grupos, partiu-se para o plenário, onde foi realizada a leitura das teses e a eleição de delegados. Já no Pré-congresso começaram a ser formuladas teses que deverão ser discutidas no Congresso. O prazo final para apresentação de teses no Conselho era o dia 07 de abril.

Como o Pré-congresso não tinha caráter de eliminação ou aprovação de teses, as proposições formuladas pelos grupos de trabalho foram remetidas para a comissão

Fotos: Márcia Zoet



de organização do evento de maio, para serem debatidas pela plenária do III Congresso Regional da Psicologia. No entanto, as discussões durante o Pré-congresso indicavam que os psicólogos da Sexta Região vão para o III Congresso com a disposição de enfrentar a política neoliberal dos governos federal, estadual e municipal e pretendem continuar lutando para o exercício livre e democrático da profissão, além de prosseguir na busca de formas de articulação com outras entidades e grupos organizados da sociedade civil para garantir condições mínimas de vida para todos.

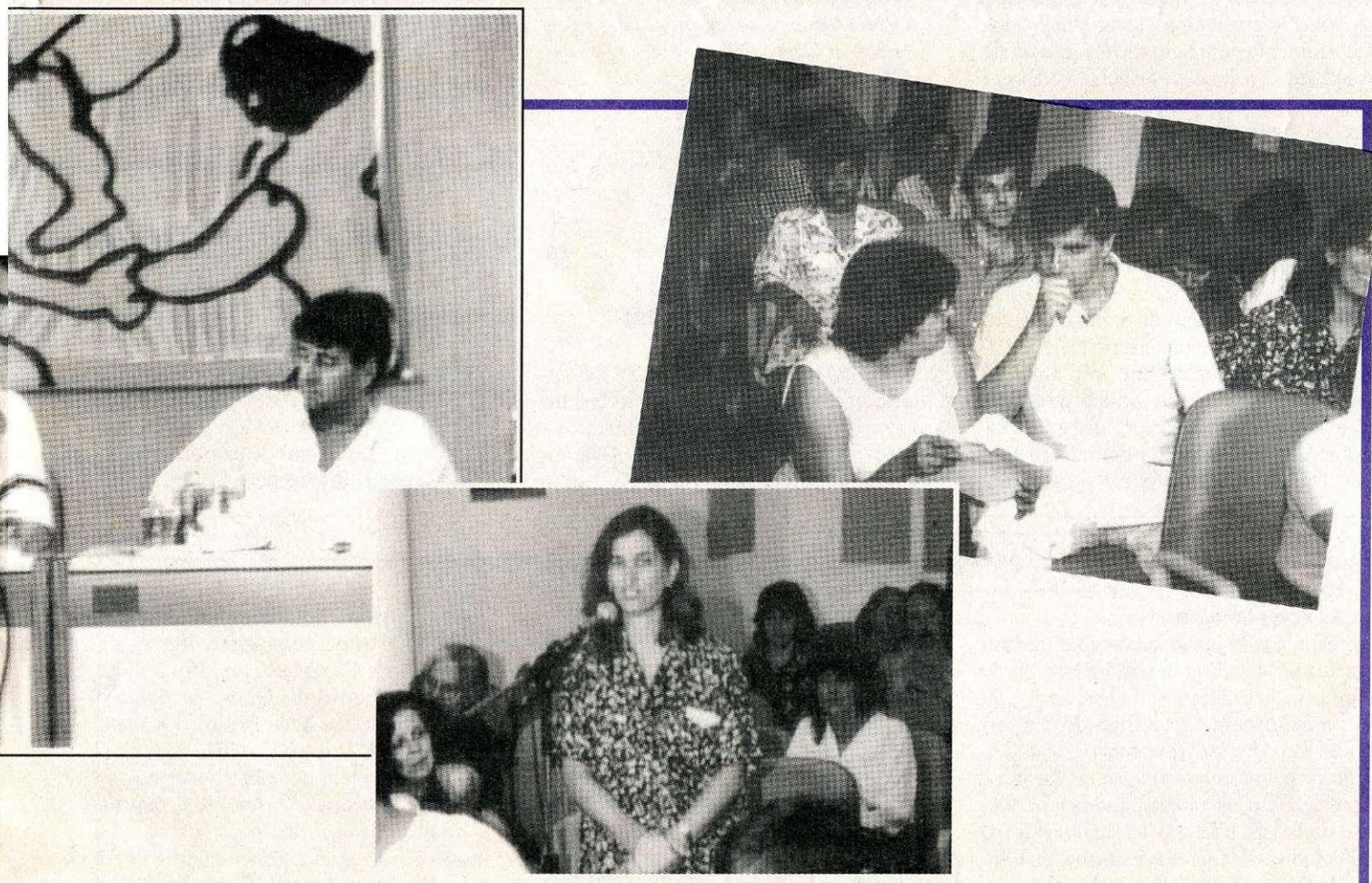
Para citar apenas alguns exemplos, as teses elaboradas pelo grupo que discutiu as interfaces da psicologia apontam para a necessidade de alterar o modelo de formação profissional do psicólogo, para que o conselho estimule, juntamente com outras instituições, a capacitação crítica não especializada do psicólogo, que o Conselho promova, juntamente com outras entidades da sociedade civil, ações em defesa da educação e para que esta seja retomada como obrigação do Estado.

Já entre as proposições formuladas pelo grupo que discutiu as políticas públicas, estão menciona-

das questões de saúde (a necessidade de defesa do SUS), dos conselhos de controle social do Estado (Conselhos de Saúde, Educação, Criança e Adolescente e outros) e a reiteração da necessidade de que os conselhos de psicologia se engajem na luta dos trabalhadores por uma sociedade mais justa e democrática. Outra questão mencionada em teses foi a da defesa dos direitos humanos e da necessidade de que os conselhos se posicionem publicamente contra as situações de exclusão e de exploração do trabalho e da prostituição infantil, violência contra a mulher,

as formas de subjetivação

PROPOSIÇÃO DE ENFRENTAR A POLÍTICA NEOLIBERAL DOS GOVERNOS PARA O EXERCÍCIO LIVRE E DEMOCRÁTICO DA PROFISSÃO



exclusão do portador de sofrimento mental, violência no campo etc.

O grupo que discutiu a globalização e suas repercussões para a psicologia também não deixou de mencionar os problemas da área da educação, com ênfase para a necessidade de avaliação das diretrizes curriculares da psicologia aprovadas pelos Fóruns Regionais e Nacional da Formação, realizados no ano passado pelos conselhos de psicologia. Outra questão apontada pelo grupo é que os conselhos de psicologia atuem no sentido de estimular a produção e facilitar a circulação de trabalhos de psico-

logia que contribuam para novas formas de subjetivação, alternativas às produzidas pelas ideologias neoliberais que se impõem por meio do controle dos meios de comunicação de massa como única concepção possível de mundo. A desregulamentação das profissões e os perigos que representa no campo ético e técnico também foi tema no grupo da globalização que formulou tese segundo a qual é papel dos conselhos, tanto regionais quanto federal dos psicólogos, lutar contra a política atual, procurando mobilizar os psicólogos e formas de articulação com repre-

sentantes profissionais de todas as áreas para fazer frente ao modelo desregulamentador.

Em relação ao processo que culminou na realização do Pré-congresso, de acordo com declaração de um dos conselheiros do CRP-06, José Roberto Tozoni Reis, a preocupação central da gestão **Psicologia em Ação** foi realizar uma etapa preparatória consistente e que permitisse a mobilização de um grande número de profissionais em todo o Estado. Dessa forma, durante a fase preparatória, foram realizados eventos na Sede e nas Subsedes do CRP-06, em que os temas do Con-

gresso foram amplamente debatidos por psicólogos e por profissionais de outras áreas, também convocados a participar. Considerando capital e interior do Estado, estima-se que cerca de 1.000 profissionais tenham participado das discussões. Essa foi a forma encontrada pela gestão para subsidiar os profissionais para formular teses e garantir que os delegados cheguem ao Congresso com maiores condições de representar a categoria. "A gestão Psicologia em Ação deu prioridade absoluta para os eventos preparatórios. Consideramos fundamental discutir os temas com ampla mobilização da categoria, principalmente num momento como o atual em que todos os setores da sociedade civil estão encontrando dificuldades para se organizar e enfrentar a política neoliberal que aí está", disse Tozoni.

A próxima etapa no processo de realização do Congresso Regional é a sistematização de todas as teses apresentadas, para organização do material e fusão de teses de mesmo teor. Essa tarefa será realizada pela Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), composta por membros de todos os Conselhos Regionais. A Apaf enviará para todos os Conselhos Regionais as teses discutidas nos Congressos de cada região. As deliberações do III Congresso Regional da Psicologia serão encaminhadas ao III Congresso Nacional da Psicologia, que se realiza em junho deste ano.

PORTE DE ARMA

Polícia Federal credencia psicólogos

A Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo vai abrir credenciamento para os psicólogos que quiserem realizar avaliação psicológica para concessão de porte de arma federal (para utilização em todo o território nacional). A informação é da conselheira do CRP-06 Maria Cristina Pellini, que conversou com a delegada Vera Lúcia Utiyama, responsável pelo assunto na região.

Segundo Maria Cristina, a delegada informou que o credenciamento será realizado até o dia 30 de abril. Serão credenciados psicólogos nas seguintes cidades do Estado: São Paulo, Santos, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Campinas e São Sebastião. Em cada um dos municípios, a PF pretende credenciar um (1) profissional, sendo que para São Paulo a superintendência ainda não havia determinado o número de profissionais que será credenciado. "A delegada informou que o número de psicólogos a serem credenciados em São Paulo será determinado posteriormente, de acordo com os currículos que chegarem para a seleção", explicou Maria Cristina.

Os interessados em se credenciar de-

vem enviar requerimento endereçado à Superintendência Regional da Polícia Federal, manifestando seu interesse em participar do processo de avaliação psicológica para concessão de porte de arma, e anexar seu curriculum vitae, destacando sua experiência com avaliação psicológica. Tal requerimento deve ser enviado aos cuidados do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo (a PF prefere não divulgar o nome do responsável, alegando necessidade de sigilo). Os currículos serão analisados tecnicamente pelo Setor de Psicologia da Academia Nacional de Polícia (ANP), em Brasília, e os aprovados receberão notificação (veja abaixo os endereços para onde devem ser encaminhados os requerimentos).

De acordo com os critérios estabelecidos pela ANP, não haverá credenciamento para clínicas, somente serão aceitas pessoas físicas. Além disso, a ANP exigirá comprovação de experiência em avaliação psicológica, inscrição no CRP-06 (já que os profissionais irão atuar no âmbito de São Paulo). Quem quiser se candidatar também deverá dispor de local apropriado, com no mínimo 4 metros por candidato ou 2 metros por pessoa, para

as avaliações coletivas e microcomputador.

Os requerimentos devem ser enviados para os seguintes endereços:

São Paulo

Rua Antônio de Godói, 27

Santos

Praça da República, 73/76

Bauru

Rua Sergipe, 162

Ribeirão Preto

Rua Orestes Morandine, 210

(Bairro Castelo Branco)

Campinas

Avenida Álvaro Muller, 259

Presidente Prudente

Rua Marechal Floriano Peixoto, 178

São José do Rio Preto

Rua Baith Chalela, 1.115

São Sebastião

Rua Altino Arantes, 284

PORTE ESTADUAL

A Polícia Civil do Estado de São Paulo editou, no dia 1º de abril, nova Resolução em que determina a reabertura de inscrições para credenciamento de psicólogos que quiserem fazer avaliação psico-

lógica para concessão de porte de arma estadual. De acordo com a Resolução, as inscrições serão feitas no período entre os dias 4 e 18 de maio. Os psicólogos interessados deverão cumprir os seguintes requisitos:

- enviar requerimento endereçado ao delegado de Polícia Divisionário da Divisão de Produtos controlados;
- Ser psicólogo formado em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (xerox do diploma);
- Comprovar inscrição no CRP -06;
- Apresentar relação nominal do pessoal técnico ou burocrático, com a comprovação de escolaridade, inclusive vínculos empregatícios;
- Apresentar relação e descrição dos aparelhos e equipamentos;
- Apresentar atestado de antecedentes do responsável pela clínica ou pelo consultório do psicólogo (ou protocolo de entrada do pedido do atestado).

Na capital, os psicólogos devem apresentar a documentação pessoalmente no seguinte endereço: Rua Moncorvo Filho, 410, Butantã. Os psicólogos do interior devem se dirigir à Delegacia Seccional de seu município para solicitar informações.

AGENDA

SOS Crack - Prevenção e tratamento

É o nome do encontro que acontece no dia 29 de maio. Maiores informações no Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen-SP) pelos telefones: (011) 607-0202 ou 504-3798.

Psicologia Hospitalar

São Paulo será sede do IV Congresso Brasileiro de Psicologia Hospitalar, de 15 a 18 de outubro de 1998. Serão abordados os principais temas desse setor de atuação do psicólogo. Haverá cursos pré-congresso e vivências transcgresso. As inscrições serão feitas via depósito bancário. Segundo os organizadores, os profissionais que tiverem dificuldade financeira que os impeçam de participar podem procurar a Secretaria Executiva para consulta sobre parcelamentos ou descontos. Maiores informações pelo tel.: (011) 570-5544 ou pelo fax: (011) 571-3070.

Dor

Acontece no dia 25 de abril a II Jornada da Clínica de Dor 9 de Julho - Dor no Câncer. O evento será no anfiteatro do Hospital 9 de Julho. Informações pelo tel.: (011) 253-3411, ramal 245.

Fenomenologia

De 4 a 6 de junho, no campus da Universidade Metodista em São Bernardo do Campo, acontece o I Encontro de Fenomenologia e Análise do Existir Sobraphe - Umesp. O encontro será promovido pelo Instituto Sobraphe de Ensino e Formação em Psicologia Existencial e Análise do Existir e Grupo de Fenomenologia de Pesquisa em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Teologia da Umesp e, segundo os organizadores, tem por objetivo "pensar uma psicologia fundamentada na filosofia, sistematizar uma psicologia fenomenológica existencial, agrupar interessados na integração psicologia-filosofia". Informações pelos tels.: Sobraphe (011) 3872-7596 ou Fenpech (011) 7664-7656.

Dislexia

A Associação Brasileira de Dislexia realiza, dias 29 e 30 de maio, no Renaissance São Paulo Hotel, o III Simpósio Internacional - Cérebro - Dislexia - Cognição. Serão discutidos os problemas inerentes às dificuldades de aprendizagem que atingem de 10 a 16% da população em idade escolar, segundo pesquisas internacionais. Serão apresentadas 17 palestras sobre temas variados ligados à questão. Maiores informações pelo tel.: (011) 258-7568.

Pessoa

Os profissionais adeptos da psicoterapia centrada na pessoa poderão participar, de 5 a 10 de junho, em Petrópolis, do I Encontro Regional Sudeste da Abordagem Centrada na Pessoa. O prazo para envio de trabalhos termina no dia 8 de maio, data de postagem. Maiores informações pelo tel.: (024) 243-0446, pelo fax (024) 242-4709 ou pelo e-mail: luizsa@compuland.com.br, em Petrópolis, ou em SP pelo tel.: (011) 820-5586 ou pelo e-mail: wrona@sti.com.br

A psicanálise e os direitos do homem

O evento, alusivo ao cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, será realizado pela Escola Brasileira de Psicanálise, de 2 a 6 de junho deste ano. Serão abordados os seguintes temas: "A criança e os direitos humanos", "Estado de direito, cidadania, segregação", "A clínica psicanalítica e a segregação", "Toxicomania e segregação", "Émile Zola e o caso Dreyfus", "O manifesto J'accuse de 13 de janeiro de 1898", "O pai na modernidade". As inscrições poderão ser feitas por dia de atividade. Informações: fone/fax: 864-6290 ou na sede da Escola Brasileira de Psicanálise - Rua Cardoso de Almeida, 60/cj. 111, Perdizes.

Psicanálise e família

O mestrado em psicologia da Universidade São Marcos e a Societé de Therapie Familiale D'Ile de France promovem, de 21 a 23 de agosto, o Encontro Internacional "Psicanálise e Família".

O evento tem por objetivo reunir as reflexões psicanalíticas sobre a família e suas incidências na clínica. As inscrições estarão abertas a partir de 1º de maio na secretaria do mestrado em psicologia da Universidade São Marcos.

Para inscrição de trabalhos ou participação em discussões clínicas os interessados deverão buscar maiores informações pelo telefone (011) 273-3071, pelo fax (011) 591-2739 ou na Universidade no seguinte endereço: Rua Moreira e Costa, 342 - Ipiranga - São Paulo.

Lugar de vida

A instituição, vinculada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), programou cursos e eventos para 1998. Serão oferecidos cursos de atualização e seminários e realizados congressos. A Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida foi criada para oferecer atendimento terapêutico e educacional à crianças com distúrbios globais do desenvolvimento.

Maiores informações pelos Telefones: (011) 818-4172 ou 818-4386.

Comitê pede anulação do PAS

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR SERÁ APRESENTADO À CÂMARA MUNICIPAL. ENTIDADES SOLICITAM QUE POPULAÇÃO ASSINE E DIVULGUE O DOCUMENTO PARA O MAIOR NÚMERO DE PESSOAS POSSÍVEL

O Comitê de Anulação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS), formado por um coletivo de entidades de trabalhadores e profissionais liberais, lançou, no dia 30 de março, na sede do CRP, uma campanha pela revogação do plano de privatização da saúde (implantado em São Paulo no final da gestão de Paulo Maluf). O evento contou com a presença de representantes das entidades, deputados estaduais, vereadores e de movimentos populares.

Na ocasião, foi apresentado Projeto de Lei de iniciativa popular revogando a Lei 11.866, que instituiu o PAS. Em sua justificativa, o Projeto de Lei, subscrito por 16 entidades, entre elas o CRP, aponta as irregularidades que vêm acontecendo desde a implantação do plano de privatização da saúde, como a ausência de licitação ou compra superfaturada de equipamentos, desvio e mau uso de verba pública, redução no número de leitos, dívidas com fornecedores seguidas de

processos de intervenção pela Secretaria Municipal de Saúde. O documento acusa também a exclusão de mais de 30 mil profissionais da saúde dos quadros municipais e o programa de demissão voluntária instituído pela Prefeitura para os que não quiseram trabalhar no PAS. Ainda segundo o documento, o PAS não reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) e re-

cebe pagamentos por um sistema fraudulento, já que contabiliza a população potencialmente cadastrada.

Segundo informações do conselheiro do CRP-06 Floriano Nuno de Barros Filho, para que o Projeto de Lei seja encaminhado à Câmara Municipal será necessário que receba 300 mil assinaturas. "Por isso estamos solicitando à população que assine e divulgue o Projeto

de Lei, para que possamos recolher o máximo possível de assinaturas", disse Barros Filho. Por isso o CRP está orientando os profissionais para que assinem o documento, divulgem-no e o devolvam na sede do Conselho.

O conselheiro informou também que o Comitê não pretende limitar-se à apresentação do Projeto de Lei para dar andamento à campanha de anulação do PAS. Será montada uma Central que receberá denúncias e prestará esclarecimentos à população quanto às irregularidades e ilegalidades cometidas pelo Plano da Prefeitura. E, no dia 2 de abril, em reunião realizada na sede do CRP, o Comitê integrou-se ao Movimento Pró-Impeachment do prefeito Celso Pitta, lançado no dia 1º de abril. "Com os dois movimentos unificados teremos mais força para enfrentar a política de desmandos instalada na Prefeitura desde a posse do antecessor e padrinho político de Celso Pitta, Paulo Maluf", declarou Barros Filho.



Evento de lançamento da Campanha pela Anulação do PAS: da esq. para a dir. deputado estadual Eduardo Jorge (PT), João Batista Gomes (Sind. dos Serv. Públicos Municipais), Floriano Nuno de Barros Filho (CRP-06) e Sandra Barbeiro (Sind. dos Médicos)

ATENÇÃO PSICÓLOGO

NOS MESES DE ABRIL E MAIO O CRP-06 ESTÁ REALIZANDO O CICLO DE DEBATES SOBRE A ÉTICA NO COTIDIANO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA

VEJA A PROGRAMAÇÃO E PARTICIPE

ÉTICA EM PESQUISA

Dia 2 de abril, das 19h30 às 22h00
Pesquisas com seres humanos
A Resolução 196/96

Cássia Regina Rodrigues, psicóloga doutoranda da Faculdade de Medicina da USP/Ribeirão Preto, docente da Faculdade de Medicina de Marília, conselheira do CRP-06.

Paulo Fortes, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, membro do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

LOCAL DOS EVENTOS:

Nova sede do CRP-06, à Rua Arruda Alvim, 89, Pinheiros (próximo à estação Clínicas do Metrô)

ÉTICA E SAÚDE

Dia 16 de abril, das 19h30 às 22h00
Direitos reprodutivos

Planejamento familiar, aborto, práticas eugenéticas e esterilização cirúrgica
Wilza Vieira Vilela, médica da Secretaria de Estado da Saúde, membro da Rede Feminista

Profissionais da saúde e a questão da morte

Prolongamento da vida, eutanásia, atendimento domiciliar a pacientes terminais

Maria Helena Bromberg, doutora em Psicologia Clínica, professora associada da PUC-SP, pesquisadora de temas como o luto e vínculos entre família, comunidade e cultura, autora de livros sobre o assunto

ÉTICA E EXCLUSÃO SOCIAL

Dia 23 de abril, das 19h30 às 22h00
Ética, psicologia e excluídos

Resgate da cidadania de presidiários, crianças que vivem na rua, crianças institucionalizadas, portadores de sofrimento psíquico etc.

Lídia Rosemberg Aratangy, psicoterapeuta de casais e família, escritora, conselheira do Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen - SP)

Fábio Landa, psicanalista, membro do Collège Internationale de Psychanalyse et Antropologie, França

Dayse Cesar Franco Bernardi, representante do Brasil na Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica, psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça de São Paulo, conselheira do CRP-06

DESENCONTROS DA ÉTICA

Dia 30 de maio

Mesa-redonda, das 9h30 às 12h00
Volney Garrafa, professor titular e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética da Universidade de Brasília

José Roberto Tozoni Reis, professor da Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp, conselheiro do CRP-06

Temas livres, das 14h00 às 16h00

INSCRIÇÕES GRATUITAS:

no CRP pelo fone 574-7133
ou pelo e-mail
crp06sp@nutecnet.com.br

EDUCAÇÃO

Falta responsabilidade, sobram crianças!

Se fosse possível sintetizar o estado em que se encontra hoje a educação básica no Brasil (que compreende a educação infantil, de zero a seis anos de idade, o ensino fundamental, de 7 a 14, e o ensino médio, de 15 a 18 anos), poderíamos falar que a municipalização do ensino fundamental, que vem ocorrendo em todo o território nacional, está "vestindo um santo e despidendo o outro". Mas não podemos fazer tal afirmação porque ela seria ingênua. Na verdade, a municipalização do ensino fundamental está deixando dois "santos" em situação absolutamente vexatória, de fazer corar até mesmo os mais crédulos. Não que o ensino brasileiro já tenha sido, em alguma época, a oitava maravilha do mundo, mas nunca passou por situação tão caótica e, o que é pior, até há alguns anos, mesmo com todos os percalços que tinha de enfrentar, vinha conseguindo dar passos adiante. Agora, está dando grandes saltos para trás.

A atual realidade começou a se esboçar desde que o governo FHC iniciou suas reformas educacionais em 1995, culminando na aprovação da Emenda 14/96 e na da Lei 9.424/96. Esta emenda fez várias alterações na Constituição Federal de 1988. É ela, por exemplo, que determina no § 2º do Art. 211 (original da Constituição) que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Também foi por meio dela que o governo federal criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, uma espécie de "bolsa" para onde vão os recursos que devem ser destinados à educação, para serem redistribuídos para os municípios segundo suas necessidades. Já a Lei 9.424/96, que regulamenta a Emenda 14, determina que o Fundo seja composto de 15% dos recursos gerados no município com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), o Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios e o Imposto sobre Produtos Industrializados para exportação (IPIexp).

Os municípios, também por determinação legal, devem utilizar 25% de seus recursos em educação. Só que até então eram responsáveis somente pela manutenção da rede de educação infantil, ou seja, de zero a seis anos. No entanto, isso não quer dizer que cumprissem com tal obrigação. É conhecido, por exemplo, o fato de que pelo menos 50 municípios no Estado de São Paulo criaram faculdades municipais, em detrimento da educação infantil e do ensino fundamental. Assim como não é segredo para ninguém que muitos prefeitos sem-

Os princípios que norteiam a municipalização do ensino fundamental no Brasil foram determinados pelo Banco Mundial e têm como questão central o descomprometimento do Estado no seu dever de oferecer serviços sociais, entre os quais a educação

pre utilizaram as verbas originalmente destinadas à educação para gastos com atividades como festa da primavera, obras de pavimentação em ruas onde se localizavam as escolas municipais, e outras, que, mais tarde eram justificados como investimentos educacionais.

Se, dispondo de 25% de sua receita para a educação, os municípios já descumpriam com suas obrigações, a situação tornou-se ainda mais grave porque a Emenda 14 e a Lei que a regulamenta retiraram 15% de suas receitas, determinando que apliquem esse percentual no ensino fundamental. Ou seja, para os outros níveis de ensino, devem aplicar somente 10% dos recursos iniciais. O resultado disso é que, como não têm recursos suficientes para atender aos dois níveis, estão retirando recursos da educação infantil, ou seja, da rede que já mantinham a duras penas, para aplicar na rede de ensino fundamental. Em Assis, para citar apenas um exemplo, no mês de março deste ano, a

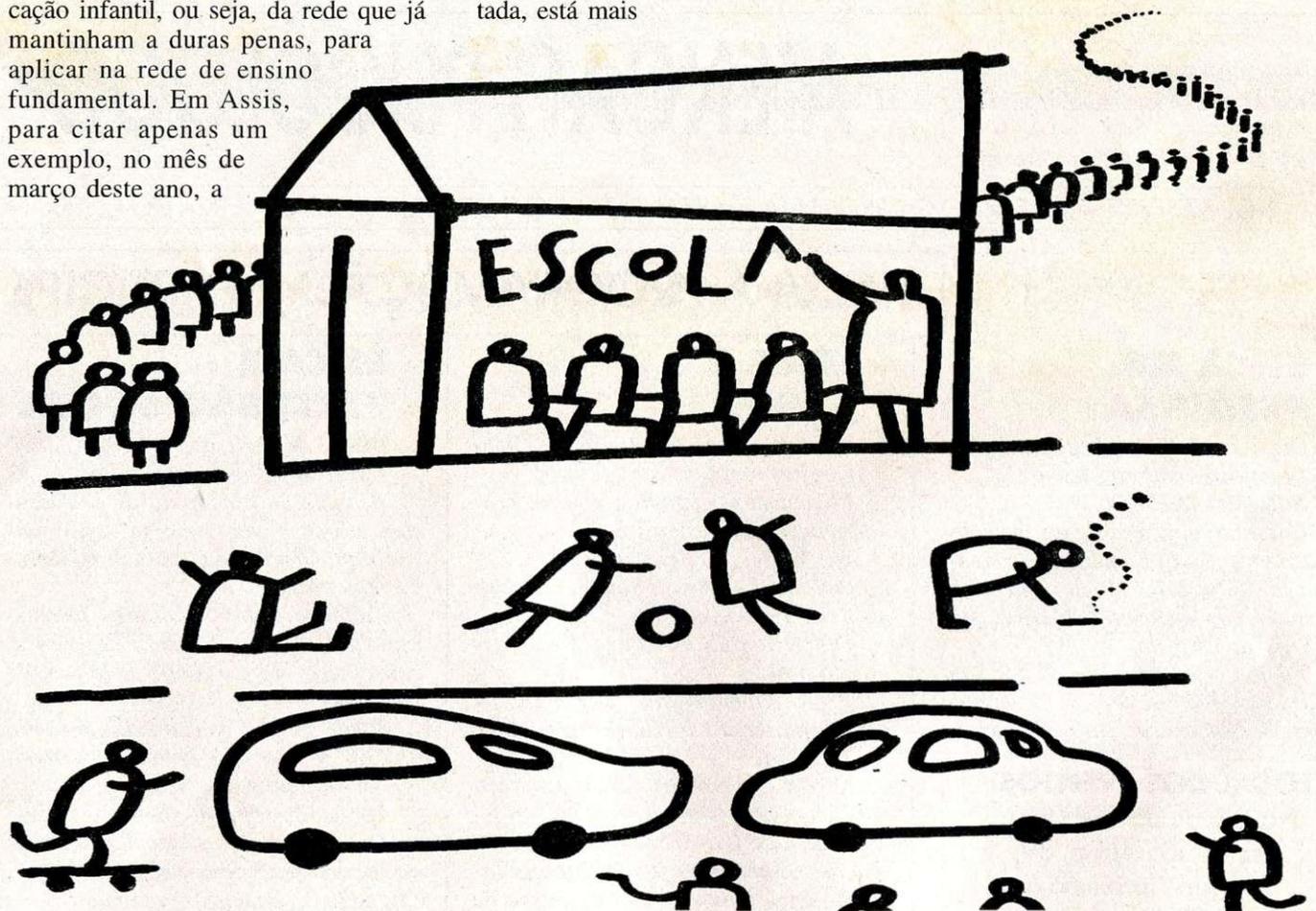
Câmara Municipal autorizou a transferência de R\$ 600 mil da rede de educação infantil para o ensino fundamental.

São Paulo é um dos estados da Federação que estão sofrendo as piores consequências da municipalização. Isso porque é o único do país que municipalizou toda a pré-escola. Mesmo dispondo de uma rede privada maior do que a municipal, o atendimento público em creches e pré-escolas paulistas é de exclusividade única dos municípios. E grande parte deles fazia isso com relativa qualidade. Mas com a municipalização já começaram a acontecer casos de municípios fechando classes e até mesmo escolas inteiras. Segundo declarações da conselheira do CRP Glória Elisa Von Buettner, "para os municípios que não tinham ainda uma rede de educação infantil estabelecida e montada, está mais

ou menos tranquilo, ou não está tão problemático. Mas os municípios que vinham cumprindo com a sua função em relação à educação têm que pegar o mesmo montante de verba e distribuir não mais só para o ensino de educação infantil, mas também para o fundamental".

Se antes da municipalização já sobravam crianças e faltavam vagas, a situação agravou-se ainda mais com a recente determinação da Secretaria Estadual de Educação de que suas escolas matriculassem em sua rede somente crianças que não tivessem completado 7 anos até o mês de fevereiro. As que fazem aniversário em março, abril e maio só podem ser matriculadas se houver vaga. Com isso muitos municípios se viram obrigados a abrir novas classes de primeira série para atender a essa demanda. Segundo dados fornecidos pelo deputado estadual pelo PSB, César Callegari, essa determinação já começou a fazer suas vítimas. "Até esse mês de março, já foram registradas 80 mil interrupções de estudo", disse Callegari.

Mas não apenas os municípios que municipalizaram o ensino fundamental estão vivendo tais problemas. Também os que optaram por não municipalizar o ensino fundamental começam a sentir seus efeitos. É o caso de Diadema, que, após



realizar criteriosos estudos e inúmeras reuniões com a população, decidiu continuar centrando seus esforços na educação infantil. Mesmo assim, no entanto, o município deverá perder, até o final deste ano, 15 milhões de reais, que deverão ir para o Fundo. De acordo com informações de Frederico Lopes, diretor do Departamento de Educação da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer do Município, essa verba, na verdade, nem passará por Diadema. "A conta é feita da seguinte maneira: o município teria direito a receber um montante de verba que equivaleria aos 25% do que arrecada e que deve ser gasto em educação. Desse total, o governo, antes de fazer o repasse, retira os 15% e os coloca no Fundo. Ele repassa só o diferencial, que são os 10%", explica Lopes. Para ter uma idéia do que isso significa, somente no mês de janeiro, época do primeiro repasse, Diadema deixou de receber 500 mil reais do total a que teria direito. "Isso daria a possibilidade de construir uma escola com mais ou menos oito salas, parque,

boas instalações, enfim, muito bem construída", informou o diretor.

APROPRIAÇÃO

Se por um lado, a municipalização trouxe problemas do ponto de vista econômico, no entanto, por outro, sua orientação política também é duvidosa para muitos especialistas em educação. Os princípios que norteiam essas reformas são aqueles que preconiza o Banco Mundial e têm como questão central o descomprometimento do Estado no seu dever de oferecer serviços sociais, entre os quais a educação. A priorização do ensino fundamental, por sua vez, se explica pelo raciocínio de que este nível da educação seria um garantidor de equidade, ou seja, de igualdade de oportunidade para todas as pessoas e, por consequência, uma forma de combater a miséria. "O conceito de equidade foi usurpado pela ideologia neoliberal e passou a ser visto, simplesmente, como igualdade de oportunidades. Só que há uma grande diferença entre igualdade de processos e igualdade

no ponto de chegada. Isso é profundamente antidemocrático porque você não pode tratar desiguais como iguais", pondera Rosiver Pavan, mestranda em educação pela PUC-SP, cuja dissertação pretende discutir a municipalização do ensino no Estado de São Paulo, focalizando Santos e Jundiá, "dois municípios de realidades diferentes quanto ao trato da questão educacional, mas com realidades sócio-econômicas semelhantes".

Mas não apenas o conceito de equidade foi deturpado pelo neoliberalismo. O modelo de municipalização adotado utiliza-se da bandeira da descentralização, defendida pelas esquerdas há muito tempo, e lhe dá nova roupagem, criando uma espécie de ilusionismo que nem sempre é visível a olhos mais desatentos. "A proposta de descentralização é uma bandeira histórica do movimento docente. Nessa concepção, as políticas, a gestão e administração dos recursos e os programas de ensino seriam pensados e executados em nível municipal. Mas o governo FHC in-

verte, altera essa dinâmica, com um discurso em que aparentemente estão descentralizando, quando na verdade é uma dinâmica de centralização", aponta Glória.

Nesse sentido nada é mais contundente do que a realidade mostrada em dados científicos. Indagada sobre a mesma questão, Rosiver, que antes de iniciar sua pesquisa realizou um estudo em 46 municípios do Estado, alertou para um fato de fundamental importância: "A descentralização, segundo os teóricos que estudam o assunto, implica participação da sociedade, autonomia do poder e existência de condições prévias. Nos 46 municípios que eu estudei, para escolher os dois, nenhuma dessas condições foram observadas. Nem a existência de condições prévias nem a existência de mecanismos de participação da sociedade nas decisões. Quanto à autonomia do poder local, posso dizer que houve relativa autonomia do prefeito, ou seja, do poder executivo. Os atores, os sujeitos não foram ouvidos. Pelo contrário, onde houve participação da sociedade, não houve municipalização".

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de iniciativa popular do Plano Nacional de Educação

LEIA, NA ÍNTEGRA, O TEXTO DO PROJETO DE LEI, CONHEÇA EM QUE BASES FOI ELABORADO E SAIBA EM QUE ENDEREÇOS ENCONTRAM-SE CÓPIAS PARA ASSINATURAS

Numa iniciativa inédita e antecipando-se ao governo federal, os diferentes segmentos da sociedade civil organizada – entidades sindicais e estudantis, associações acadêmicas e científicas, movimentos populares e demais setores comprometidos com uma proposta de educação para a maioria da população brasileira – construíram coletiva e democraticamente o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (PNE), respaldados no Artigo 214 da Constituição Federal e no Artigo 37 da LDB (Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Essa tarefa foi realizada em 1996 e 1997, sob coordenação e apoio das entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, culminando com a aprovação do PNE no II Congresso Nacional de Educação (II Coned), realizado em Belo Horizonte (MG), de 6 a 9 de novembro de 1997, com cerca de 5.000 participantes. Esse PNE defende princípios éticos, nos quais se fundamenta, voltados para a busca de igualdade e justiça social. Assim, as concepções ali adotadas – de ser humano, sociedade, democracia, educação, escola, autonomia, gestão, currículo, avaliação, entre outros – diferenciam-se ra-

dicalmente das concepções governamentais em sua política educacional.

Uma das formas de envolver o maior número de pessoas nesse processo de apresentação do PNE ao Congresso Nacional, possibilitando o exercício da cidadania, é transformá-lo em Projeto de Lei de iniciativa popular. Para tanto, há exigência regimental do Congresso Nacional da coleta de 1 milhão de assinaturas para que tal projeto possa ser encaminhado à Câmara Federal e por ela ser aceito para os devidos trâmites.

As principais metas apontadas no Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, são:

- Quanto ao cumprimento dos direitos constitucionais do povo brasileiro à educação, garantir a abertura e o preenchimento de vagas na educação pública que eliminem, na sua totalidade, os déficits de matrícula no ensino fundamental e que reduzam os déficits de matrícula nos demais níveis e modalidades de ensino, inclusive erradicando o analfabetismo.

- Quanto ao financiamento da educação, garantir o financiamento estatal e ampliar os recursos do PIB de 3,7% para 10%, destinando-os a todos os níveis e modalidades da educação pública.

- Quanto à gestão democrática da educação, instituir o Sistema Nacional de Educação, criando, no prazo de três anos, o Fórum Nacional de Educação, garantindo, a partir de 1998, eleições diretas para dirigentes de estabelecimentos de ensino em todos os níveis e modalidades de educação; garantindo a representatividade social nas instâncias deliberativas de formulação, execução e avaliação da política educacional brasileira.

- Quanto aos profissionais da educação, estabelecer políticas de formação básica e continuada, de definição de carreira e de remuneração digna para todos os profissionais, docentes e técnico-administrativos, que atuam na educação brasileira, em todos os níveis e modalidades, bem como de contratação, através de concurso público e nomeação em caráter efetivo, proporcionalmente às necessidades regionais, de professores e funcionários técnico-administrativos, portadores de habilitação formal mínima para os cargos respectivos, com vistas a eliminar, em dez anos, e reduzir, em cinco anos, os déficits dessas funções.

Por concordar com as justificativas, diretrizes e metas constantes do Plano Nacional de Educação: propos-

ta da sociedade brasileira, associe-me às entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e com elas subscrevo o Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

O Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira poderá ser encontrado nos seguintes endereços:

Em São Paulo (capital)

na sede da ANDES

Em Campinas

na sede da CONTEE

Em Brasília

na sede das seguintes entidades:

CNTE, ANDES-SN, FASUBRA Sindical, SINASEFE.

Em Belo Horizonte,

na APUBH - Seção Sindical e

na Regional Leste da ANDES - SN.

O Texto do Projeto de Lei encontra-se na sede e sedes do CRP. Os interessados em assiná-lo devem ter em mãos o número do seu título eleitoral.

Também podem ser procuradas informações nas homepages da ANDES-SN (www.andes.com.br), da FASUBRA Sindical (www.fasubra.com.br) e da CNTE (www.brnet.com.br/cnte) e no encarte da revista *Universidade e Sociedade*, nº 15, publicada pela Andes em fevereiro deste ano.

TRABALHO INFANTIL

Criança e Adolescente: prioridade absoluta

Incentivar a atuação do psicólogo na defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Este é um dos objetivos da Comissão "Criança e Adolescente: prioridade absoluta", criada pelo CRP, que, nesse momento, vem se reunindo em sua sede para elaborar um programa de participação na Marcha Global contra o Trabalho Infantil, que se iniciou em fevereiro deste ano e termina em junho (veja o que é a Marcha no quadro abaixo). "O Conselho apóia a Marcha porque acredita que o psicólogo tem muito a

jurídicos, e a regularização dos direitos do adolescente no trabalho (adolescentes que trabalham na condição de aprendiz).

A próxima atividade da Comissão será a realização de atos que marquem a passagem do Dia do Trabalho, cha-

explicou Dayse. As atividades serão desenvolvidas com monitores reunidos entre os clubes da 3ª idade, estudantes universitários, professores e diretores de creche, ou seja, "envolvendo vários setores da sociedade", conforme explica a conselheira do CRP.

O trabalho da Comissão já começou a gerar seus primeiros desdobramentos. Os psicólogos começam a planejar a realização de seminários sobre o desenvolvimento infantil, que deverão culminar na elaboração de uma cartilha sobre os direitos da criança e do adolescente para uso não só dos profissionais da psicologia, mas também de outros envolvidos no trabalho direto ou indireto com crianças e adolescentes. Os interessados em participar das atividades devem entrar em contato com a subseção em que estão inscritos.

Conheça a trajetória da Marcha desde seu início e participe das próximas atividades:

Roteiro da Marcha Global e das atividades programadas pela Comissão "Criança e Adolescente: prioridade absoluta"

25/02 - Após a realização de ato Público na Praça da Sé, a delegação brasileira deu início à Marcha no Estado de São Paulo, para fazer o seguinte percurso:

25/02 a 28/02 - Osasco
28/02 a 07/03 - Sorocaba
07/03 a 14/03 - Jundiá
14/03 a 21/03 - Piracicaba
21/03 a 28/03 - Bauri

28/03 a 04/04 - Marília
04/04 a 08/04 - Presidente Prudente
08/04 a 11/04 - Araçatuba
11/04 a 18/04 - São José do Rio Preto
18/04 a 25/04 - Franca
25/04 a 02/05 - Ribeirão Preto
02/05 a 09/05 - Bebedouro
09/05 a 16/05 - Araraquara
16/05 a 23/05 - São Carlos
23/05 a 30/05 - Campinas
30/05 a 06/06 - São José dos Campos
06/06 a 13/06 - Santos
13/06 a 18/06 - Capital



dizer e fazer em relação ao desenvolvimento pleno da criança", declarou a conselheira Dayse Cesar Franco Bernardi.

De acordo com a conselheira, a Comissão, composta por profissionais de várias entidades profissionais e da sociedade civil, vem seguindo duas diretrizes básicas: a defesa do direito da criança e do adolescente à educação, com escolas gratuitas e de boa qualidade, e o direito à brincadeira, ao lazer e à cultura na formação de sua personalidade. "Nossa cultura ainda não trata a criança como cidadão, e nós da psicologia, como conhecedores dos efeitos da exploração infantil tanto no ambiente doméstico quanto no empresarial, temos o dever de mudar o conceito de criança com que as sociedades vêm lidando no seu dia-a-dia."

Segundo Dayse, o trabalho da Comissão tem sido bem aceito pela sociedade civil, e o CRP, tanto na sede quanto nas subseções, vem desenvolvendo projetos de parceria com outras entidades para participar da Marcha Global acrescentando duas novas bandeiras às que o movimento já vem defendendo: a não redução da maioridade penal, assunto em pauta nos meios

mandando atenção para o trabalho infantil e do adolescente. Para isso, será realizado, em todas as subseções do CRP, um dia de brincadeiras na praça, com atividades recreativas e de reflexão sobre direitos e deveres das crianças (veja calendário abaixo). "Vamos levar as crianças para brincar na praça, mas também faremos debates para que possam refletir sobre sua condição de cidadãos e comecem desde pequeninos a perceber que isso inclui direitos e deveres",

O QUE É A MARCHA GLOBAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL

A Marcha é uma campanha mundial de erradicação do trabalho infantil. O movimento foi criado por 27 entidades de todo o mundo, quando estiveram reunidas em Haia analisando a situação de crianças e adolescentes, cuja mão-de-obra está presente em quase todos os países, mesmo nos desenvolvidos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) cerca de 250 milhões de crianças são submetidas a trabalho precoce em todo o globo. Destas, 7 milhões vivem na América Latina e 522 mil no Brasil.

Na América do Sul, a Marcha começou em São Paulo com a presença do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e, após percorrer todo o continente, se encontrará, em junho deste ano, com as delegações de todos os países das Américas Central e do Norte para se dirigir a Genebra, onde será debatida a questão do trabalho infantil na Conferência Mundial da OIT.

LIVROS

Estrutura e Funcionamento da Educação Básica - Leituras (Editora Pioneira)

O livro reúne textos de vários autores que fazem uma análise da educação básica brasileira: sua política, história, fundamentos e as concepções da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 14 capítulos, os autores abordam desde a evolução da instituição escolar no Brasil, passando pelo ensino infantil, médio e a educação profissional, até questões como a relação da escola com a comunidade e a profissão de professor e de especialista em educação básica.

É dirigido a estudantes de pedagogia e licenciatura, professores universitários e a todos que tenham interesse em conhecer a organização do sistema educacional brasileiro.

Os textos que fazem parte do livro foram escritos por professores universitários, a maioria deles da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo ou ligados à Universidade do Estado de São Paulo (Unesp). Entre os autores estão João Gualberto de Carvalho Meneses, Roque Spencer Maciel de Barros, Ruy Afonso da Costa Nunes, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Leonor Maria Tanuri e José Mário Pires Azanha.

O livro tem 404 páginas, custa R\$ 40,00 e já pode ser encontrado nas livrarias das principais cidades brasileiras ou na Editora Pioneira. Informações pelo tel.: 0800-111939 ou pelo fax: (011) 858-0443.

DISQUE FREUD® Informe publicitário
Atendemos em todo o Brasil

SP-(011) 815-3344 BIP 6R29
RJ-(021) 442-2430

PORTUGUÊS - 24 vols. - Ed. Imago - C/desconto - Atendemos volumes avulsos - CASTELHANO - 25 vols. - Ed. Amorrortu
ESPAÑOL - 3 vols. - Editora Nueva - SOB CONSULTA

LANÇAMENTO: CD-ROM FREUD PORTUGUÊS
À vista 110,00 - 2X 60,00
MELANIE KLEIN - OBRAS COMPLETAS - EDIÇÃO DE LUXO

Entrega a domicílio

CGC: 72.082.308/0001-34

OPINIÃO

A globalização e as repercussões na psicologia

* JOSÉ LEON CROCHÍK

Certamente não é possível pensar a globalização e o neoliberalismo separadamente. A globalização, que guarda em forma invertida o ideal de uma humanidade sem fronteiras, diz respeito, segundo Chesnais¹, à "mundialização do capital". Claro que esse fenômeno não é novo, tendo em vista a tendência imperialista, inerente ao capital, de romper fronteiras. O que parece ser novo é a predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo. Para Marx², o capital financeiro tem a fórmula reduzida dinheiro-dinheiro, ou seja, o capital reproduz-se a si mesmo, só produzindo o valor inerente ao equivalente das trocas. Se diminui a quantidade de mercadorias a ser fabricadas, diminui conseqüentemente o número de empregos. O capital financeiro é o auge do fetichismo, uma vez que o capital só pode ser reproduzido pela exploração do trabalho. Não é casual a insegurança gerada nos países que estimulam o ingresso desse tipo de capital, pois ele incha a economia de forma artificial.

O neoliberalismo – doutrina política e econômica que é o empobrecimento do liberalismo – prepara o terreno para que o capital financeiro possa adentrar nas nações. A sua fórmula pobre, mas venenosa, consiste em transferir a responsabilidade do Estado pela produção dos bens públicos essenciais para o mercado. Ao mesmo tempo, no caso do Brasil, a política de juros altos, além de combater a inflação, atrai o capital financeiro internacional. Para obter essas condições – juros positivos e inflação baixa – é importante buscar a hegemonia nacional. Não é à toa que, na Inglaterra, o governo de Thatcher tenha enfrentado, com êxito esmagador, a greve dos mineiros; que nos EUA, o governo de Reagan tenha vencido os aviários; e que no Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso tenha aviltado o movimento grevista dos petroleiros. A recessão econômica prepara o terreno para enfraquecer o poder dos sindicatos. Contudo, permanece, ainda, um impasse: o capital financeiro precisa de uma base produtiva para se sustentar, mesmo que ele se contraponha a ela. Assim, a produção e o trabalho ainda são necessários para manter o capitalismo. Para que isso ocorra, os monopólios encarregam-se de dar o lastro para o capital financeiro. É verdade que, subjacente ao desemprego, há a crescente automação e os novos métodos de gerenciamento que implicam economia na produção. E dever-se-ia esperar, segundo o discurso do capital, que os empregos perdidos seriam recriados em outras esferas – o setor de serviços. O estudo de Lessa e colaboradores³ mostra que, na década de 90, isso ocorreu, mas com conseqüências indesejáveis para o trabalhador. Dizem os autores: "De fato, os empregos criados em comércio e serviços entre 1991 e 1996 superaram em número os empregos

destruídos pela indústria. Entretanto, se observarmos as características dos empregos criados, em face dos empregos perdidos, veremos que não cabe falar em 'compensação'. Também é verdade que o nível educacional dos postos criados é superior ao dos postos eliminados, mas, pela natureza das novas ocupações, percebe-se que as diferenças em educação têm menos a ver com requisitos impostos por novas tecnologias e mais com o fato de serem ocupados por contingentes mais jovens e, por isso, com maior escolaridade" (p.73), ou seja, a qualificação exigida é menor nos empregos criados e os salários também, mas a escolaridade é maior. Em outras palavras, a modernização da economia tem exigido cargos menos qualificados e de menores salários; o maior nível de escolaridade não corresponde às novas exigências. Assim, a divisão de renda, em nosso país, que é uma das piores do mundo, tende a se tornar ainda pior. Como os salários são menores e o desemprego aumenta, o não investimento do Estado nas áreas essenciais tem algo de genocídio.

O Estado neoliberal toma para si as tarefas de vigilância e de controle da sociedade civil. Ele dá diretrizes, deixando o restante para o mercado que, com o predomínio dos monopólios, não é livre. Os novos tipos de contratos aprovados para diminuir o desemprego e aumentar a segurança do capital aumentam também a insegurança do trabalhador. Se é verdade, como diz Adorno⁴, que cada sociedade prepara os indivíduos que precisa, ou seja os leva à regressão necessária para se manter, e se o trabalho colabora com a constituição da identidade psíquica, é de se esperar indivíduos cada vez mais "soltos" no espaço, ou seja, sem referência alguma para balizar as suas ações.

Se objetivamente não precisamos mais trabalhar tanto quanto trabalhamos, se a ideologia do trabalho é empregada como forma de dominação, como nos dizia Marcuse⁵, cabe perguntar se a questão atual não é predominantemente política, e se não devemos combater a ideologia difundida pela indústria cultural que nos diz que devemos tomar o que já somos, impedindo assim de visualizarmos outras formas já possíveis de existência que não aquela dada pela ameaça contínua.

A tradição marxista coloca o trabalho como elemento necessário para a constituição do indivíduo, daí a discussão atual sobre a centralidade do trabalho. Mas a idéia do trabalho como obra, que permite ao indivíduo se reconhecer, é calcada no direito à propriedade por todos. Assim, a propriedade deve ser a base do livre desenvolvimento da individualidade. No capitalismo, a propriedade individual só é possível a partir da idéia de uma propriedade coletiva, ou seja, só se pode delimitar juridicamente o que é

de cada um quando se estabelece o que é de todos. Contudo, por definição o capital deve circular, não deve ser apropriado por ninguém. Assim, paradoxalmente, a posse privada do capital nunca é definitiva. É a ameaça de não se poder apropriar da propriedade que nos leva a trabalhar continuamente⁶. Dessa forma, no entanto, o indivíduo só está podendo se constituir pela ameaça. Para a existência real do indivíduo, deveríamos lutar para assegurar a propriedade para todos. Não deveriam ser indiferentes para os psicólogos os sem-terra, os sem-teto, os sem-educação, se a propriedade assegurada desde o princípio deveria ser a base da constituição do indivíduo livre.

Se o antigo Estado representava o interesse da burguesia, não deixava de apresentar a possibilidade, ainda que ideológica, de enunciar e realizar um projeto coletivo. Com a transformação do Estado, esse projeto tem dificuldades até de ser enunciado. Esse ponto é importante para se pensar a desregulamentação das profissões. Essa aponta para a liberdade do mercado e assim para o seu aprisionamento por variáveis alheias à racionalidade humana. A regulamentação, por seu lado, permite a formação de um profissional que se volte para interesses humanos, ainda que numa sociedade de classes esses interesses estejam mediados pelos motivos da classe dominante. A formação do indivíduo, segundo nos diz Adorno⁷, se dá pela interiorização da cultura. Se ela é diretamente afetada pelos interesses do lucro, teremos indivíduos aptos a lutarem por ele e destruírem tudo ao redor; se ela é afetada por interesses divergentes, presentes na cultura, permitiria, ao menos, a formação para a contradição, para a resistência. Assim, a regulamentação profissional nos permite criar outros modelos que contradizem o existente e lutam para ser predominantes, ao passo que a desregulamentação subordina todos aqueles modelos a um único.

No caso da Psicologia, se a desregulamentação vingar, teremos o acirramento de atuações irracionais, medíocres, ao sabor das seduções do profissional e do mercado. A questão ética, então, desaparece. Se a desregulamentação profissional é um dos princípios da globalização, as repercussões sobre a psicologia são ainda mais devastadoras. Não só o seu objeto – o psíquico – torna-se ainda mais frágil, tendo em vista a ausência de modelos de formação que transcendam a produção material, como o sofrimento aumenta. Se o sofrimento aumenta, as formas para enfrentá-lo devem ser cada vez mais regredidas. Grosso modo, podemos pensar em dois extremos de comportamento suscitados pelas condições vigentes no mundo da produção: o perfeitamente adaptado e o que precisa se adaptar e não consegue. No pri-

meiro caso, temos um indivíduo que deve apresentar uma flexibilidade grande para se adaptar às contínuas novas exigências do trabalho. Quanto menos princípios, valores, opiniões tiver, melhor; não que não os apresente, mas o faz em conformidade com a situação. O segundo tipo, por sobrevivência, precisa do trabalho e assim de alguma flexibilidade, mas percebe que força a adaptação e, como Freud pode demonstrar, a sua contrariedade aparece mesmo sem o desejo. Vive em conflito por não poder ceder aquilo em que não acredita.

Mesmo que as condições existentes não ajam favoravelmente à constituição de um eu bem delimitado, deve ser função do psicólogo lutar por ele. Para isso, precisa responsabilizar menos o indivíduo por seus conflitos e perceber o quanto esses são produtos dos conflitos sociais. Isso não significa que a lógica da psique se assemelha ou se indiferencia da lógica social, mas que a própria lógica psíquica só pode se desenvolver na sociedade, não sendo alheia a essa.

No século passado, a economia era predominante e o indivíduo se constituía em conformidade com a ideologia liberal; neste século, a ênfase na economia é ideológica, e, assim, o indivíduo deve se configurar como homem político. Para isso, deve abandonar a ilusão de que o trabalho alienado é ainda fundamental para a sobrevivência da sociedade. Mesmo porque não é mais da emancipação da classe trabalhadora que se trata, mas da emancipação da humanidade.

* José Leon Crochík é docente do Instituto de Psicologia da USP e dos Programas de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e em Educação: História, Política e Sociedade da PUC-SP.

1 - Chesnais, F. "A emergência de um regime de acumulação financeira" Praga: estudos marxistas, ano 1, nº 3, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 19-46.

2 - Marx, K. O Capital. Livro 1, Volume I. São Paulo, DIFEL, 1984.

3 - Lessa, C. et al. "Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90" Praga: estudos marxistas, ano 1, nº 3, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 63-87.

4 - Adorno, T.W. De la relación entre sociología y psicología. In: Adorno, T.W. Actualidad de la filosofía. Barcelona, Ediciones Paidós, 1991, p.135-204.

5 - Marcuse, H. Eros e civilização. Rio de Janeiro, Zahar, ed., 1981.

6 - Ver a respeito Marcuse, H. Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade, Rio de Janeiro: Zahar ed., 1972.

7 - Adorno, T.W. Teoría de la pseudocultura. In: Horkheimer, M. e Adorno, T.W. Sociológica. 2ªed. Madrid, Taurus Ediciones, 1971, p.233-267.

ORIENTAÇÃO

O CASO GEAP

O CRP-06 tem recebido inúmeros telefonemas de psicólogos credenciados na Fundação de Seguridade Social (GEAP - órgão responsável pelo atendimento de saúde dos funcionários públicos federais) buscando orientação sobre a Instrução Normativa 007 de agosto de 1997 que estabelece regras para concessão e manutenção de serviços psicoterápicos. O referido documento estabelece, entre outras regras, que o tratamento psicoterápico a clientes da Geap deverá ser realizado obrigatoriamente através da técnica de psicoterapia breve. Além disso, proíbe o tratamento conjunto por psicólogo e psiquiatra, define tempo de tratamento, número de sessões semanais (1 por semana) e estabelece que os profissionais sem comprovada formação em psicoterapia breve deverão ter rescindido seus contratos.

Segundo a conselheira Dayse Cesar Bernardi, a gestão **Psicologia em Ação** considera que a Instrução Normativa da Geap interfere no livre exercício profissional do psicólogo, desconhece a prática interdisciplinar que vem sendo amplamente utilizada com comprovada eficácia e ignora a natureza da questão psíquica. "Mas não estão apenas fazendo ingerências no exercício profissional do psicólogo. Esta é uma questão de saúde do trabalhador. Pelas regras estabelecidas, dá para perceber que o conceito de saúde com o qual estão trabalhando está atrelado a um

processo de saneamento econômico que o órgão está realizando em prejuízo dos trabalhadores."

A conselheira informou também que o CRP tem participado de várias reuniões com todos os conselhos de psicologia, já que a Instrução Normativa tem alcance nacional. Ainda de acordo com informações de Dayse, os conselhos estão discutindo algumas formas de ação, com a ampla mobilização dos psicólogos conveniados para elaboração de um documento buscando uma política nacional de convênios.

O CRP-06, no entanto, já tomou algumas providências: realizou reunião conjunta com o Sindicato dos Psicólogos e decidiu realizar também uma reunião com as entidades representativas dos funcionários públicos federais para esclarecimentos do que significam as restrições implícitas no documento. De acordo com o conselheiro Floriano Nuno de Barros Filho, que participou da reunião, "é importante explicar para os funcionários públicos, que são os usuários da Geap, o que significam as modificações. Dessa forma poderemos pensar uma ação conjunta entre psicólogos e usuários". Outra medida adotada até agora pelo CRP foi solicitar da assessoria jurídica do Conselho que estude as medidas cabíveis no caso. "Também devemos entrar em contato com alguns deputados federais para solicitar que tomem providências que evitem os abusos que estão sendo cometidos

pela Geap", informou Barros Filho.

Na quinta-feira, dia 2 de abril, o CRP participou de uma reunião com todos os conselhos regionais e o Conselho Federal para debater a questão da Geap. Na oportunidade, foi montada uma comissão com membros de vários CRPs para elaboração de um documento que será encaminhado à Geap. Entre os pontos que deverão constar do documento, os psicólogos pretendem discutir a imposição da psicoterapia breve como única técnica aceita pela Geap, mas aceitam negociar tempo de tratamento. Também constará do documento a necessidade de que a Fundação de Seguridade Social volte a aceitar o tratamento desenvolvido em conjunto por psicólogo e

psiquiatra. Pretende-se, ainda, negociar que a Geap aceite duas sessões por semana nos tratamentos. Outra questão que foi debatida na tele-reunião, e que também constará do documento, refere-se à exigência de diagnóstico médico para iniciar o tratamento. Os psicólogos deverão questionar tal procedimento e propor que sejam realizadas duas entrevistas com profissional da psicologia. Sobre essa mesma questão, decidiu-se na tele-reunião que o documento deverá apontar a necessidade de que a Geap desenvolva uma política única para todo o país, já que, atualmente, somente em algumas localidades é feita a exigência de diagnóstico médico antes do início do tratamento psicológico.

Você Psicólogo!

Já parou para pensar quantas pessoas precisam de seus cuidados? Que talvez elas nem saibam como e no que vocês poderiam ajudá-las? Por falta de conhecimento, preconceito ou vergonha!
Ou simplesmente porque não sabem como ENCONTRÁ-LO!
 O **Guia da Saúde** está sendo lançado como veículo facilitador, tanto para a população quanto para o profissional.
 É um orientador profissional voltado à área da Saúde, que vai destacá-lo como profissional no seu segmento.

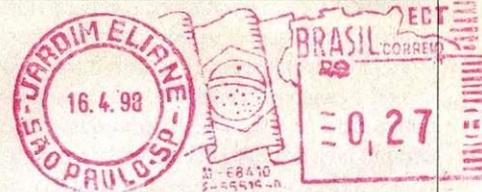


Consulte-nos para maiores informações.

(011) 591-2176 - 272-4039

JORNAL DO
CRP
 CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
 6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74
 Fone: (011) 574-7133
 Fax: (011) 575-0857
 CEP: 04038-004 - São Paulo - SP
 E-mail: crp06sp@nutecnet.com.br



IMPRESSO